



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE – UFCG  
CENTRO DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES – CFP  
UNIDADE ACADÊMICA DE CIÊNCIAS SOCIAIS – UACS  
CURSO DE LICENCIATURA EM GEOGRAFIA  
TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO**



**ÉRIKA LAYANY GONÇALVES ANDRADE**

**ESPAÇO AGRÁRIO E ARRANJOS PRODUTIVOS SUSTENTÁVEIS:  
ESTUDO DA APICULTURA EM ASSENTAMENTOS DE REFORMA AGRÁRIA NO  
MUNICÍPIO DE CAJAZEIRAS – PB**

**CAJAZEIRAS – PB**

**2015**

**ÉRIKA LAYANY GONÇALVES ANDRADE**

**ESPAÇO AGRÁRIO E ARRANJOS PRODUTIVOS SUSTENTÁVEIS:  
ESTUDO DA APICULTURA EM ASSENTAMENTOS DE REFORMA AGRÁRIA NO  
MUNICÍPIO DE CAJAZEIRAS – PB**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como requisito parcial para a obtenção do título de Graduada, pelo Curso de Licenciatura em Geografia, da Universidade Federal de Campina Grande – UFCG.

Orientador: Prof. Dr. Josias de Castro Galvão

**CAJAZEIRAS – PB**

**2015**

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação - (CIP)

André Domingos da Silva - Bibliotecário CRB/15-730

Cajazeiras - Paraíba

A553e Andrade, Érika Layany Gonçalves

Espaço agrário e arranjos produtivos sustentáveis: estudo da apicultura em assentamentos de reforma agrária no município de Cajazeiras - PB. / Érika Layany Gonçalves Andrade. – Cajazeiras: UFCG, 2015.

62f. : il.

Bibliografia.

Orientador (a): Dr. Josias de Castro Galvão.

Monografia (Graduação) - UFCG/CFP

1. Espaço Agrário – Cajazeiras - PB. 2. Campesinato. 3. Produção sustentável. 4. Apicultura. I. Galvão, Josias de castro. II. Título.

UFCG/CFP/BS

CDU –631:638.1(813.3)

**Érika Layany Gonçalves Andrade.**

**“ESPAÇO AGRÁRIO E ARRANJOS PRODUTIVOS SUSTENTÁVEIS:  
ESTUDO DA APICULTURA EM ASSENTAMENTOS DE REFORMA  
AGRÁRIA NO MUNICÍPIO DE CAJAZEIRAS-PB”**

Monografia apresentada à  
Coordenação de Geografia – UACS,  
Universidade Federal de Campina  
Grande- UFCG, como requisito  
parcial à obtenção do título de  
Graduação.

Aprovada em:14/04/2015

**BANCA EXAMINADORA**

*Josias de Castro Galvão*

Prof. Dr. Josias Castro Galvão (orientador)

*Ivanalda Dantas Nobrega Di Lorenzo*

Profa. Dra. Ivanalda Dantas Nobrega Di Lorenzo (Primeira Examinadora)

*Juliano Moreira do Nascimento*

Prof. Ms. Juliano Moreira do Nascimento (Segundo Examinador)

Dedico este trabalho a todos aqueles que colaboraram para a construção do mesmo, em especial, aos meus avós paternos, **Luiz Irineu de Andrade** (*in memoriam*) e **Maria Ursulina de Andrade**, exemplos de muito trabalho, esforço e dedicação, e aos meus avós maternos, **Epifânio Rodrigues Monteiro** e **Geralda Gonçalves Monteiro de Sousa**, modelos de dignidade, humildade e carinho.

## AGRADECIMENTOS

Agradeço a **Vida**, que me concede momentos maravilhosos, mesmo enfrentando muitos desafios, estou conseguindo contorná-los e seguir em frente, compreendendo-os como grandes contribuições, para minha formação como ser humano, com atitudes dignas, respeitando e ajudando ao próximo.

Aos meus pais, **Marcos Laeldeis** e **Maria Elinete**, aos meus irmãos, **Elysson Marcks**, **Évylla Layssa**, **Éva Livya**, **Ellen Letícia** e **Élder Marcos**, pela orientação, colaboração, paciência e contribuição que me prestaram, durante essa fase e ao longo desses anos. E ainda, ao meu tio **Lismarck**, pelas conversas descontraídas, durante os momentos, nos quais eu me encontrei apreensiva, ao longo do curso.

Ao meu estimado orientador, professor Dr. **Josias de Castro Galvão**, pela paciência, incentivo, orientação, contribuição, por tudo. E também, a **Banca Examinadora** pelas colocações em prol do enriquecimento dessa pesquisa.

Aos meus respeitados **professores**, juntamente, com meus **amigos e colegas** de turma, tanto do **Curso de Licenciatura em Geografia**, da Universidade Federal de Campina Grande – UFCG/CFP, quanto do **Curso Técnico em Edificações Subsequente**, do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba – IFPB, que contribuíram com incentivos, de maneira significativa, para a concretização desse trabalho. Foi árduo, porém, muito gratificante, fazer os dois cursos, pois além do conhecimento assimilado, estabeleci relações de amizade fraternal, as quais desejo manter, ao longo da minha vida.

Ao **Programa de Estudos e Ações para o Semiárido/Museu Interativo do Semiárido (PEASA/MISA)**, a **Comissão Pastoral da Terra (CPT)** e a **Central das Associações dos Assentamentos do Alto Sertão Paraibano (CAAASP)**, por todas as contribuições, para a construção dessa pesquisa.

E, em especial, a família da senhora **Maria do Socorro Ferreira**, do **Assentamento Santo Antônio**, a família da senhora **Josefa Alves Vieira (Nelsa)**, do **Assentamento Frei Damião I** e, ainda, **as famílias do Assentamento Frei Beda**, pela cordialidade com a qual fui recebida, pela colaboração e pelas contribuições dadas, para a realização desse trabalho.

Finalmente, a todos que de forma participativa ou não, deram suas contribuições para a efetivação dessa experiência.

*Muito obrigada!*

## RESUMO

A necessidade da implantação de atividades produtivas sustentáveis em áreas de assentamento de reforma agrária no município de Cajazeiras – PB se faz presente com a finalidade de oferecer para as famílias assentadas, a possibilidade de gerar renda e, conseqüentemente, contribuir para a manutenção da flora local. Dentro desse contexto, esta pesquisa se desenvolveu a partir da caracterização dos desafios que envolvem o espaço agrário deste município, no qual se investigou a organização espacial e o desenvolvimento de atividades produtivas sustentáveis, nas áreas de assentamentos existentes, especificamente, nos assentamentos P. A. Santo Antônio, P. A. Frei Damião I e P. A. Frei Beda, que trabalham com a apicultura. Logo, o desenvolvimento da atividade apícola nestas comunidades, apresenta-se como uma excelente fonte de renda e, ainda, como uma atividade produtiva sustentável, que causa menores impactos a natureza, diferentemente, do desenvolvimento da pecuária e da agricultura tradicional, esta feita a partir da manipulação com práticas manuais. Objetivou-se: analisar a implantação de arranjos produtivos sustentáveis, como a apicultura, a qual se coloca como alternativa para o alcance da autonomia econômica, por parte dos camponeses do espaço agrário cajazeirense; descrever os cenários produtivos deste município; caracterizar as potencialidades e mapear os assentamentos, que trabalham com a atividade apícola; apresentar as conquistas e os dilemas, como também, promover uma reflexão sobre a organização do espaço de produção e o progresso da apicultura, nestas áreas de assentamentos. Utilizou-se como princípio norteador o materialismo histórico e dialético e como procedimentos metodológicos, a revisão de literaturas, para melhor compreensão dos objetivos deste trabalho e estudos de campo *in loco*, com registros fotográficos e conversas informais, das quais foram retiradas as informações desta pesquisa. Demonstrou-se, através do estudo desenvolvido, que não existe uma preocupação em promover o desenvolvimento das áreas de assentamentos do município de Cajazeiras – PB, no que se refere à expansão da atividade apícola sustentável, em decorrência da maioria dos camponeses ser composta por idosos, da falta de articulação entre os assentamentos e, ainda, a inexistência de projetos desenvolvidos pelo poder público local. Sendo assim, não é aproveitado o potencial produtivo desta região.

**Palavras-chave:** Espaço agrário. Campesinato. Produção sustentável. Apicultura.

## ABSTRACT

The need to implement sustainable productive activities in agrarian reform settlement areas in the city of Cajazeiras - PB is present in order to provide for the families settled, the possibility to generate income and thus contribute to the maintenance of local flora. In this context, this research developed from the characterization of the challenges involving the agrarian space of this district, which investigated the spatial organization and the development of sustainable productive activities in the areas of existing settlements, specifically, the PA Santo Antônio settlements, PA Frei Damião I and PA Frei Beda, working with beekeeping. Thus, the development of beekeeping in these communities, presents itself as an excellent source of income and also as a sustainable productive activity, causing minor impacts nature, unlike, the livestock development and traditional agriculture, this made From the handling with manual practices. This study aimed to: analyze the implementation of sustainable production systems, such as beekeeping, which stands as alternative for achieving economic independence, by peasants of cajazeirense agrarian space; describe the production scenarios in this municipality; characterize the potential and map the settlements, working with beekeeping; present the achievements and the dilemmas, but also promote a reflection on the organization of production space and the progress of beekeeping in these settlement areas. It was used as a guiding principle the historical and dialectical materialism and how methodological procedures, the literature review, to better understand the objectives of this study and on-site field studies, with photographic records and informal conversations, which were removed the information of this research. It has been shown through the study developed, there is no concern to promote the development of settlement areas in the city of Cajazeiras - PB, with regard to the expansion of sustainable beekeeping, due to the majority of farmers consist of elderly, the lack of coordination between the settlements and also the lack of projects developed by local authorities. Therefore, it is not harnessed the productive potential of this region.

**Keywords:** Agrarian space. Countryman. Sustainable production. Beekeeping.

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Mapa de localização do município de Cajazeiras – PB .....	39
Figura 2 – Mapa que apresenta o acesso rodoviário da Paraíba .....	40
Figura 3 – Mapa que mostra a localização dos Assentamentos com Apicultura de Cajazeiras – PB .....	42
Figura 4 – Localização do Assentamento Santo Antônio próximo ao reservatório conhecido por Açude Santo Antônio .....	43
Figura 5 – Sede do Assentamento Santo Antônio .....	43
Figura 6 – Localização do Assentamento Frei Damião I .....	45
Figura 7 – Sede do Assentamento Frei Damião I .....	45
Figura 8 – Localização do Assentamento Frei Beda .....	47
Figura 9 – Sede do Assentamento Frei Beda .....	48

## LISTA DE IMAGENS

Imagem 1 – Área do apiário no Assentamento Santo Antônio .....	44
Imagem 2 – Área com criação de ovinos e caprinos no Assentamento Santo Antônio .....	44
Imagem 3 – Manejo do apiário no Assentamento Frei Damião I .....	46
Imagem 4 – Ponto de coleta e pequenas produções do Assentamento Frei Damião I .....	46
Imagem 5 – Assentamento Frei Damião I com produção de couve-flor e sachês de mel .....	47
Imagem 6 – Área de Preservação Permanente (APP) do Assentamento Frei Beda .....	48
Imagem 7 – Ao fundo, serra desmatada e a frente, equipamentos para a atividade apícola do Assentamento Frei Beda.....	49
Imagem 8 – Captura de enxames de abelhas africanizadas no Assentamento Frei Beda .....	50
Imagem 9 – Construção iniciada do ponto de coleta e o mel coletado das primeiras colmeias no Assentamento Frei Beda.....	50
Imagem 10 – Local destinado ao armazenamento da produção familiar, área do entreposto e do apiário da ASPA.....	53

## **LISTA DE TABELAS**

Tabela 1 – Principais espécies vegetais da Microrregião de Cajazeiras – PB .....	41
Tabela 2 – Quantidade de mel produzida nos assentamentos de Cajazeiras – PB em 2013.....	54

## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

APP – Área de Preservação Permanente

ASPA – Associação dos Apicultores do Alto Sertão Paraibano

ATES – Assessoria Técnica Social Ambiental

BB – Banco do Brasil

BR – Brasil

CAAASP – Central das Associações dos Assentamentos do Alto Sertão Paraibano

COOPERAR – Projeto de Combate à Pobreza Rural do Estado da Paraíba

CEBs – Comunidades Eclesiais de Base

CPT – Comissão Pastoral da Terra

FAPISA – Fazenda Pires Agropastoril Ltda.

IBAMA – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis

INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

MS – Mato Grosso do Sul

P. A. – Projeto de Assentamento

PAA – Programa de Aquisição de Alimentos

PDA – Programa de Desenvolvimento de Assentamento

PEASA/MISA – Programa de Estudos e Ações para o Semiárido/Museu Interativo do Semiárido

PMC – Prefeitura Municipal de Cajazeiras

PNAE – Programa Nacional de Alimentação Escolar

PRONAF – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar

Sr. – Senhor

STR/CZ - PB – Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Cajazeiras – PB

UFMG – Universidade Federal de Campina Grande

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO.....</b>	<b>11</b>
1.1 MUDANÇAS QUALITATIVAS NO SERTÃO: EM BUSCA DA RAZÃO MATERIALISTA HISTÓRICA E DIALÉTICA.....	15
<b>2 DA OCUPAÇÃO TERRITORIAL À CONQUISTA DA TERRA CAMPONESA.....</b>	<b>17</b>
2.1 ESPAÇO E TERRITÓRIO .....	17
2.2 OCUPAÇÃO TERRITORIAL BRASILEIRA.....	20
<b>2.2.1 Ocupação territorial da Paraíba.....</b>	<b>24</b>
2.3 REFORMA AGRÁRIA E AS LUTAS CAMPONESAS .....	27
2.4 SUSTENTABILIDADE, AGROECOLOGIA E ARRANJOS PRODUTIVOS.....	28
<b>3 A APICULTURA COMO ESTRATÉGIA DE RESISTÊNCIA EM ÁREAS REFORMADAS NO MUNICÍPIO DE CAJAZEIRAS – PB.....</b>	<b>33</b>
3.1 UM BREVE HISTÓRICO SOBRE O PROCESSO DE CONQUISTA DA TERRA DOS ASSENTAMENTOS COM APICULTURA EM CAJAZEIRAS – PB.....	33
<b>3.1.1 P. A. Santo Antônio.....</b>	<b>33</b>
<b>3.1.2 P. A. Frei Damião I.....</b>	<b>35</b>
<b>3.1.3 P. A. Frei Beda.....</b>	<b>37</b>
3.2 CARACTERIZAÇÃO DAS UNIDADES PRODUTIVAS E DO POTENCIAL PRODUTIVO DO MUNICÍPIO DE CAJAZEIRAS – PB.....	39
<b>4 A PRODUÇÃO DE MEL NOS ASSENTAMENTOS COM ATIVIDADE APÍCOLA DE CAJAZEIRAS – PB.....</b>	<b>51</b>
4.1 ABORDAGEM SOBRE AS ENTIDADES PARCEIRAS NO DESENVOLVIMENTO DA APICULTURA LOCAL.....	51
4.2 AVANÇOS E DILEMAS NAS ÁREAS DE ASSENTAMENTOS DO MUNICÍPIO DE CAJAZEIRAS – PB.....	55
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>58</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>59</b>

## 1 INTRODUÇÃO

A ocupação territorial, desde os tempos remotos, desenvolveu-se a partir das necessidades existenciais e produtivistas dos seres humanos. Estas visavam condições adequadas de sobrevivência, seja no que compete à alimentação e/ou segurança física. Ao longo do tempo, esses indivíduos ampliaram suas capacidades intelectuais, transformando-se em seres seletivos e exigentes, que estabeleceram relações que já se fundamentavam, na questão de interesses e, conseqüentemente, suas necessidades básicas se tornaram, cada vez mais, sofisticadas, inclusive, refletindo na maneira como se fundaram as apropriações de terras.

Com base no processo, que o sistema econômico capitalista se fundamenta, ocorreram mudanças significantes no mundo, especialmente, no que se refere ao território. Assim, destaca-se a questão da repartição de terras, ou seja, como estas são divididas entre a sociedade, coloca-se que o território brasileiro possui uma enorme extensão territorial, no qual se apresentam as questões de desigualdades existentes, principalmente, com relação à distribuição de terras, que geram situações bastante complexas.

Nessa perspectiva, apresenta-se o Nordeste brasileiro, que é uma região bastante atingida, tanto por fenômenos naturais, como a seca, quanto por problemas sociais. Esse território teve sua ocupação inicial estabelecida, a partir do litoral, em decorrência do desenvolvimento de atividades de caráter econômico, ressalta-se entre elas o cultivo da cana de açúcar. Estas que influenciaram também, de certa forma, na ocupação do sertão, que se desenvolveu com base na pecuária, no cultivo do algodão e, ainda, de determinados produtos para subsistência, como milho, feijão, batata, entre outros. Assim, tornou-se uma característica marcante na região sertaneja, a presença de latifúndios.

Com isso, trabalham-se as novas experiências no campo agrário, pelas quais, principalmente, o Sertão Nordestino, vem passando ao longo dos séculos. Estas se caracterizam pelo surgimento das lutas camponesas, que possuem como grande desafio, o direito à posse da terra, para o desenvolvimento de atividades produtivas e pelo direito a permanecer camponês. Dentro desse contexto, surgiu a necessidade do desenvolvimento de políticas públicas que promovessem a resolução desse problema. Assim, a reforma agrária se destaca como uma política que nasceu para promover uma melhor distribuição do espaço agrário e oferecer aos camponeses, a oportunidade de usufruir de uma determinada porção de terra.

Nesse sentido, para se pensar sobre o desenvolvimento de atividades produtivas sustentáveis em assentamentos de reforma agrária no município de Cajazeiras, este trabalho procura abordar, inicialmente, como se configurou a organização espacial do Alto Sertão Paraibano<sup>1</sup>, no que diz respeito a sua origem e o seu desenvolvimento, especialmente, em relação às desapropriações de áreas latifundiárias, para instituição de assentamentos de reforma agrária, ao longo dos últimos anos. Destacam-se os principais fatores que influenciaram na consolidação da dinâmica, que ocasionou e ainda, determina esse fenômeno, envolvido na maioria dos casos, por conflitos e dilemas sociais.

Apresenta-se a repercussão das lutas camponesas no sertão paraibano, estas que surgiram, inicialmente, com a ocupação de terras em torno dos açudes públicos, que com êxito alcançado em terras públicas, propiciou também a ocupação em terras privadas, o que resultou na origem das áreas de assentamentos rurais. Salienta-se ainda que, após o desafio de ter a posse da terra surgem outros, relacionados ao desenvolvimento de atividades produtivas sustentáveis. Logo, esses camponeses vêm de uma estrutura antiga, na qual estão acostumados com práticas tradicionais, ao lidar com a terra.

Desse modo, trabalha-se a questão da implantação de atividades produtivas sustentáveis, como possíveis alternativas, para gerar renda, que ofereçam às famílias assentadas várias possibilidades de sustento, para assim, promover condições adequadas e promissoras a esses camponeses e ampliar a capacidade produtiva desses assentamentos. Existem diversas atividades produtivas, que geram renda e são de caráter sustentável que podem ser implantadas nesses locais. Assim sendo, salientam-se as enormes dificuldades para implantação de arranjos produtivos com as características sustentáveis, nessas comunidades.

Esse estudo possui como recorte as áreas de assentamentos de reforma agrária, localizadas no município de Cajazeiras – Paraíba, no Nordeste brasileiro. Este município conta com sete assentamentos, que são: P. A. Santo Antônio, P. A. Valdecy Santiago, P. A. Frei Damião I, P. A. Edvaldo Sebastião, P. A. Frei Beda, P. A. Mãe Rainha e P. A. Santa Cecília. Nestes, investigou-se a organização da atividade produtiva sustentável da apicultura. De todos, apenas três assentamentos<sup>2</sup> desenvolvem essa atividade: P. A. Santo Antônio, P. A. Frei Damião I e P. A. Frei Beda.<sup>3</sup>

---

<sup>1</sup> De acordo com Rodríguez (2002), o Alto Sertão Paraibano é uma região geográfica localizada no interior da mesorregião Sertão Paraibano, situada no extremo oeste do estado da Paraíba. Ver em referências bibliográficas.

<sup>2</sup> Demonstra-se a localização das áreas pesquisadas com detalhes, no quarto capítulo.

<sup>3</sup> Informa-se que havia dois produtores no assentamento Mãe Rainha, mas que hoje não mais produzem. (informação prestada pela representante da CAAASP, com sede em Cajazeiras – PB).

Diante do modelo de organização social e produtiva nas áreas de assentamento de reforma agrária no município de Cajazeiras, esse estudo aponta para uma preocupação que norteia a pesquisa. O problema principal se traduz na seguinte questão: o que impede os camponeses assentados de promoverem a expansão da apicultura nas áreas de assentamentos do município de Cajazeiras – PB, estando estas localizadas numa região extremamente propícia ao desenvolvimento desta atividade?

Acredita-se que o envolvimento dos camponeses em atividades produtivas sustentáveis no Semiárido pode estar relacionado a fatores internos e externos. Aos internos, considera-se a baixa disponibilidade de recursos monetários dos camponeses, para investir em atividades sustentáveis, consideradas por muitos, como duvidosas; outros aspectos estão relacionados à cultura, pois os camponeses sertanejos dessa região tem a tradição de práticas e de técnicas agrícolas com baixa inovação técnico-científica e, quanto aos externos, estes estão relacionados à menor presença do Estado, sobretudo, no apoio político local e ineficácia de políticas de estímulo à pequena produção inovadora neste município paraibano.

A partir da questão central e de seus pressupostos apresentados acima, deve-se problematizar o fenômeno investigado. Uma questão secundária a ser respondida é que os assentamentos estão localizados em áreas, com grande potencial produtivo e que ainda estão bem conservadas, logo, por que são poucos os camponeses que desenvolvem essa atividade?

Considera-se que a produção de mel de abelhas africanizadas possibilita um manejo sustentável da Caatinga, bem como sua biodiversidade, e que ainda, gera uma fonte de renda extra ao camponês. É uma atividade considerada por especialistas, como geradora de renda até mais que outras, as quais são caracterizadas como as mais tradicionais da região, por exemplo, a agricultura de sequeiro e a criação de gado.

Para atender a essa problematização, deve-se cumprir os seguintes objetivos: analisar o desenvolvimento dos arranjos produtivos sustentáveis, a exemplo da apicultura, como indutora da autonomia econômica e política dos camponeses dos assentamentos: P. A. Santo Antônio, P. A. Frei Damião I e P. A. Frei Beda, no espaço agrário do município de Cajazeiras – PB; descrever os cenários produtivos da apicultura no espaço agrário cajazeirense; caracterizar as potencialidades produtivas locais; mapear os assentamentos que já atuam com a apicultura, apontando as conquistas e os dilemas e; promover uma reflexão sobre a organização espacial da produção e projeções futuras da apicultura nos assentamentos de reforma agrária do município citado.

Ressalta-se a importância do desenvolvimento de atividades produtivas sustentáveis nesses espaços, uma vez que são áreas propícias para o desenvolvimento de diversos serviços

proveitosos, principalmente, no que se refere a trabalhar dentro do contexto da sustentabilidade, com a prática de costumes saudáveis. Assim, um exemplo, é o destaque dado à atividade apícola, como um empreendimento a ser expandido, no interior das áreas de assentamentos de reforma agrária.

Este trabalho está composto por cinco capítulos, sendo eles discriminados da seguinte maneira: o primeiro capítulo se trata da introdução, na qual se apresenta uma noção geral de toda a estrutura dessa pesquisa. Considera-se a ocupação do território, principalmente, do Sertão Paraibano, até a questão da pequena produção desenvolvida nesse espaço, que serve como base para estabelecer a compreensão dos dilemas encontrados nas áreas de assentamentos de reforma agrária, do município de Cajazeiras – PB.

No segundo capítulo, expõe-se uma discussão teórica e conceitual produzida a partir de pesquisas, com base em trabalhos científicos de importantes autores do campo geográfico e também de outras áreas, que propicia uma melhor compreensão sobre as principais categorias trabalhadas, ao longo desse estudo. Nesse, expõe-se ainda sobre o detalhamento do tratamento do método e dos procedimentos da pesquisa científica.

No terceiro capítulo, inicialmente, apresentam-se os assentamentos existentes na região do município de Cajazeiras – PB, posteriormente, abrange-se a contextualização histórica dos seguintes assentamentos: P. A. Santo Antônio, P. A. Frei Damião I e P. A. Frei Beda. Sendo estes destacados, devido ao tímido desenvolvimento, nestas áreas, da atividade apícola, a qual se constitui como o foco do trabalho em questão. Trata-se de uma breve síntese da história de cada uma dessas comunidades, que possibilita conhecer os desafios e as possibilidades que as envolvem, sendo colocado que a maioria delas se fundou de maneira semelhante, ressalvo aquelas que tiveram uma trajetória diferenciada.

No quarto capítulo, apresentam-se os dados levantados na pesquisa de campo feita nos assentamentos, que indicam as potencialidades produtivas da apicultura, no município de Cajazeiras – PB. Aborda-se a problemática referente à questão social, econômica e ambiental, desses assentamentos. Procura-se destacar o ponto central da pesquisa desenvolvida, sendo que será ressaltada a importância da apicultura como uma atividade produtiva que possibilita uma renda a mais para as famílias.

Além disso, através de subtópicos do quarto capítulo, caracterizam-se as principais entidades que dão apoio e suporte no desenvolvimento dessas atividades sustentáveis, em áreas de assentamento no Sertão Paraibano, em especial, no município de Cajazeiras – PB. E ainda, trata-se da compreensão do sentido das contradições sociais, que se manifestam em áreas de assentamentos de reforma agrária, principalmente, em relação aos desafios que

rodeiam as famílias assentadas, durante a luta pela posse da terra e, posteriormente, para manter boas condições de vida.

Assim, esse trabalho consiste numa contribuição, para esclarecimentos sobre os desafios e as possibilidades que envolvem a questão socioespacial do município de Cajazeiras – PB, como base para iniciar outros debates que tenham por objetivo se aprofundar mais nessa temática, que proporcionará mais enriquecimento ao meio científico, através da troca de ideias, seja nas salas de aula, em congressos, em palestras, entre outros. Afinal, tratar da organização e desenvolvimento das áreas que formam o espaço agrário de uma região, de forma multidisciplinar e interdisciplinar, contribui para o entendimento da complexidade de questões pertinentes, que cercam o meio e a sociedade.

### 1.1 MUDANÇAS QUALITATIVAS NO SERTÃO: EM BUSCA DA RAZÃO MATERIALISTA HISTÓRICA E DIALÉTICA

Não se pode discutir/compreender o espaço agrário, sem considerá-lo como processo de construção/produção/reprodução contínuo. Trata-se de uma realidade em constante transformação, que coloca o pesquisador numa perspectiva de validação da realidade posta para além das fronteiras do universo concreto. Assim, o materialismo histórico, (que abre possibilidade de destacar as mudanças do latifúndio em assentamentos de reforma agrária e do meeiro em camponês assentado), torna-se método fundamental no estudo da razão científica, sobre o espaço agrário paraibano. Além disso, faz-se necessário compreender a lógica dialética nos assentamentos, desde a conquista até a reprodução da vida, especialmente, nos assentamentos destacados. Conforme Diniz (2008),

O método dialético é uma possibilidade de caminho na construção do saber científico no campo das ciências humanas. Ele torna-se a trajetória percorrida pelo **sujeito** (pesquisador) na busca de conhecer e perceber-se na construção desse conhecimento do **objeto** (fenômeno/fato investigado) que se constrói e (des) constrói nas interações entre o sujeito e o objeto (DINIZ, 2008, p. 5).

Então, deve-se conduzir pela lógica materialista histórica e dialética, para se pensar os sentidos da reprodução da vida social dos camponeses e também do espaço agrário, o qual é reflexo da sociedade. Conta-se com uma operacionalização reflexiva, teórico-metodológica que conduz a racionalidade científica e também dos procedimentos mais práticos. Adota-se

nesse estudo como método, o materialismo histórico e dialético, para identificar os sujeitos da pesquisa, procurando saber quais os papéis que desempenham na sociedade, principalmente, por serem sujeitos das novas estratégias de resistência no campo, mas também refletindo como estão estruturados, em termos de avanços e contradições existentes.

Justifica-se o desenvolvimento dessa pesquisa, a partir de inquietações que se manifestaram após o desenvolvimento do Projeto de Extensão Sertão Mel, que surgiu através da parceria estabelecida entre a Universidade Federal de Campina Grande (UFCG) e o Programa de Estudos e Ações para o Semiárido/Museu Interativo do Semiárido (PEASA/MISA), no assentamento Frei Beda, por este apresentar um grande potencial e uma vasta vegetação nativa, sendo que a existência dessa extensa área de plantas nativas possibilita que sejam praticadas diversas maneiras de aproveitamento, como o manejo sustentável da Caatinga (bancos de proteínas, criação de pomares agroecológicos), diversificação de culturas de subsistências (milho, feijão, mandioca, batata) apoiada na agricultura de sequeiro, criação de animais (bovinos, caprinos, aves, suínos, abelhas), a produção agroecológica (hortifrutíferos), dentre outros.

Esse projeto se constituiu com uma equipe formada por: Josias de Castro Galvão (Coordenador), Jacqueline Pires Gonçalves Lustosa (Pesquisadora), Josué Pereira da Silva (Pesquisador), João Rodrigues de Sousa (Pesquisador/Técnico), Cícera Gomes de Andrade (Aluna/Colaboradora), Érika Layany Gonçalves Andrade (Aluna/Bolsista), Márcio José de Lima Pereira (Aluno/Bolsista), Osmar Gomes de Albuquerque Filho (Aluno/Bolsista) e Maria do Socorro Ferreira (Apoio/CPT Sertão). O projeto Sertão Mel buscou propiciar conhecimentos e técnicas sobre educação ambiental com o manejo agroecológico de abelhas em área de proteção ambiental, destacou que é possível desenvolver atividades que promovam a reflexão dos camponeses assentados sobre um modo mais coerente de obter renda com atividades mais sustentáveis. Estimulou ainda, a pensar não só na produção de mel, mas também em outros derivados, os quais possibilitam o comércio regional e ampliação da receita da família dos camponeses assentados, inclusive, a produção de mel orgânico.

Quanto aos procedimentos técnicos e práticos, seguimos a seguinte sequência: a) revisão de literaturas para melhor compreensão dos objetivos dessa pesquisa; b) elaboração de fichamentos; c) estudos de campo *in loco* para registros fotográficos, busca de informações, através conversas informais com as famílias assentadas; d) classificação e tabulação das informações; e) análise dos resultados e; f) redação final do TCC.

## 2 DA OCUPAÇÃO TERRITORIAL À CONQUISTA DA TERRA CAMPONESA

A dinâmica de formação territorial, basicamente, envolve a relação estabelecida entre os seres humanos e a natureza, que consiste em algo muito complexo. Com isso, para que se entenda um pouco sobre o processo de organização espacial e sua importância, principalmente, no que se refere à distribuição de terras, faz-se necessária uma abordagem de literaturas específicas, especialmente, no que diz respeito à ciência geográfica, que explora alguns dos principais conceitos sobre as diversas categorias que englobam as questões trabalhadas, ao longo dessa pesquisa.

Inicialmente, trabalham-se as categorias espaço e território, para que se entendam os aspectos que envolvem as relações entre o ser humano e a natureza e, ainda, entre os próprios seres humanos, no que diz respeito à definição desses elementos. Em seguida, aborda-se como aconteceu a ocupação territorial brasileira, especialmente, do estado da Paraíba, por se tratar da área na qual está fundamentado este trabalho.

Ressalta-se a questão do desenvolvimento de políticas de reforma agrária e as lutas camponesas, com seus principais objetivos. Coloca-se como reflexão teórica norteadora, o materialismo histórico e dialético, por se tratar das constantes transformações da realidade sócio-espacial. Salienta-se a questão da sustentabilidade, da Agroecologia e de arranjos produtivos sustentáveis em assentamentos de reforma agrária e, ainda, destaca-se a apicultura, com o intuito de promover a organização rentável da produção familiar desses locais.

### 2.1 ESPAÇO E TERRITÓRIO

O espaço é uma categoria que possui um conceito bastante abrangente, como se verifica em alguns autores. Muitos elementos distintos são designados por espaço, coloca-se que a sua significação diverge de acordo com os aspectos empregados. Trata-se de uma definição que necessitou de um estudo aprofundado para ser estabelecida. Santos (1996) destaca que,

Objeto de preocupação dos filósofos desde Platão e Aristóteles, a noção de espaço, todavia, cobre uma variedade tão ampla de objetos e significações – os utensílios comuns à vida doméstica, como um cinzeiro, um bule, são espaço; uma estatua ou uma escultura, qualquer que seja a sua dimensão, são espaço; uma casa é espaço, como uma cidade também o é. Há o espaço de uma nação – sinônimo de território, de Estado; há o espaço terrestre, da

velha definição da geografia, como crosta do nosso planeta; e há, igualmente, o espaço extra-terrestre, recentemente conquistado pelo homem, e, até mesmo o espaço sideral, parcialmente um mistério (SANTOS, 1996, p. 119 – 120).

Corrêa (1995) discute essa categoria, a partir da forma como ela é destacada, dentro das diferentes correntes do pensamento geográfico. Considera que na Geografia Tradicional, o conceito de espaço é apresentado apenas de forma subentendida. Porém, aborda ainda, que ela é trabalhada por Ratzel e Hartshorne. Estes colocam que se trata de uma categoria essencial para a ciência geográfica. Ratzel a considera como prioridade para o desenvolvimento humano, ligado à importância desempenhada pelos elementos naturais, a partir da regulamentação do uso destes, por parte do Estado, para a formação territorial. Hartshorne a destaca como algo que não depende de relações diversas e que se constitui a partir de aspectos singulares.

Seguindo essa perspectiva, deve-se entender a relação espaço-tempo para sistematizar o conceito de espaço, tendo em vista a importância de se conceituar a partir de aspectos comparativos entre esses dois elementos. Logo, para Santos (2006),

(...) A questão da medida recíproca pode ser vista como uma maneira de dizer que o tempo e espaço são uma só coisa, metamorfoseando-se um no outro, em todas as circunstâncias. Mas se queremos ir além do discurso e operacionalizá-lo para que se torne um conceito eficaz, temos de igualar espaço e tempo, isto é, tratá-los segundo parâmetros comparáveis (SANTOS, 2006, p. 33).

Para essa pesquisa, segue-se a lógica que destaca a importância dos fatos e elementos que surgem, a partir das relações existentes no meio, que provocam transformações, as quais oferecem as condições necessárias para o desenvolvimento da produção sócio-espacial, independente da época na qual acontece. Segundo Santos (1996),

O espaço deve ser considerado como um conjunto de relações realizadas através de funções e de formas que se apresentam como testemunho de uma história escrita por processos do passado e do presente. Isto é, o espaço se define como um conjunto de formas representativas de relações sociais do passado e do presente e por uma estrutura representada por relações sociais que estão acontecendo diante dos nossos olhos e que se manifestam através de processos e funções (SANTOS, 1996, p. 122).

Nesse aspecto, para a compreensão dos processos que ocorrem relacionados à ocupação de terra, deve-se explorar também, o conceito de território, numa perspectiva

geográfica. Trata-se de uma categoria discutida por diversos autores, sendo bastante complexa e ampla, por não estar ligada somente a aspectos de caráter humano. Conforme, destaca Costa (2004, p. 37), “Apesar de ser um conceito central para a Geografia, território e territorialidade, por dizerem respeito à espacialidade humana, têm uma certa tradição também em outras áreas, cada uma com enfoque centrado em uma determinada perspectiva”. Assim, a concepção de território diverge, de acordo com as especificidades de cada campo trabalhado.

Desse modo, surge a preocupação com a complexidade que envolve o conceito de território e territorialidade, dado a flexibilidade destes, em se adequar ao contexto de diversas ciências. E com isso, coloca-se de forma evidente, a existência de uma enorme extensão de informações, com as quais, através de diferentes aspectos, pode-se estabelecer uma noção de território, em diferentes áreas.

Assim, enfatiza-se que muitas são as maneiras com as quais, pode-se delimitar um território. Embora, seja mais prático fazê-lo a partir da perspectiva social, ou seja, coloca-se a questão materialista, que influencia na forma como se dá a ocupação e o desenvolvimento das áreas. Muitos cientistas partem do princípio idealista, isto é, priorizam a questão da representação, em termos de valor constituído de forma simbólica. Porém, prevalece o aspecto materialista, devido a grande influência que existe de determinados elementos, como o fator econômico, por exemplo, que exerce um forte controle sobre o lugar, no qual atua. Sobre isso, Costa (2004) nos assevera que,

Para muitos, pode parecer um contra-senso falar em “concepção idealista de território”, tamanha a carga de materialidade que parece estar “naturalmente” incorporada, mas, como veremos, mesmo entre geógrafos, encontramos também aqueles que defendem o território definido, em primeiro lugar, pela “consciência” ou pelo “valor” territorial, no sentido simbólico (COSTA, 2004, p. 42).

Nesse sentido, ressaltam-se também, algumas maneiras de percepção do território, a partir de determinadas características ligadas à questão do naturalismo, como, por exemplo, a análise do desempenho dos animais, através da relação estabelecida entre estes e o meio ambiente. Salienta-se ainda, a perspectiva baseada na produção de bens e serviços, que determina o território, por meio da relação gerada, a partir da necessidade de usufruir dos recursos oferecidos e do controle desses, em áreas específicas, principalmente, devido à facilidade encontrada, em decorrência da disponibilidade de informações.

Logo, as ligações existentes entre o significado de território e as bases que fundamentam o Estado se mostram como a principal motivação para o desenvolvimento de determinado domínio sobre o espaço envolvido. Desse modo, realça Saquet (2006),

O processo de territorialização é um movimento historicamente determinado pela expansão do capitalismo e seus aspectos culturais, envolvendo diferentes lugares, setores e pessoas. Um território é apropriado e ordenado por relações econômicas, políticas e culturais, sendo que estas relações são internas e externas a cada lugar; é fruto das relações (territorialidades) que existem na sociedade em que vivemos e entre esta e nossa natureza exterior. E estas relações são relações de poder, de dominação e estão presentes num jogo contínuo de submissão, de controle de recursos e de pessoas, no espaço rural, no urbano e em suas articulações (SAQUET, 2006, p. 65 – 66).

Sendo assim, a territorialidade quando tratada de maneira planejada, passa a possuir uma identidade no quadro, no qual se insere, ou seja, o que vai determinar seu estudo é a verificação dos aspectos que a constituem.

## 2.2 OCUPAÇÃO TERRITORIAL BRASILEIRA

Segundo as obras: História Econômica do Brasil e Formação Territorial e Econômica do Brasil, de Caio Prado Júnior e de Manuel Correia de Andrade, respectivamente, faz-se uma abordagem sobre os principais acontecimentos que marcaram época e suas contribuições, no que diz respeito à ocupação do território brasileiro.

Inicialmente, necessita-se discorrer um pouco sobre os acontecimentos que influenciaram alguns países europeus na busca por novas terras, através de expedições marítimas, no século XV, que resultou no processo de colonização de territórios, até então desconhecidos. Destaca-se entre os principais motivos que induziram, por exemplo, Portugal e Espanha, a desenvolver um ambiente marcado de disputas por essas conquistas, a questão do consumo dos produtos asiáticos pelos europeus, que levou a procura por novas rotas as quais, fizessem ligação com a Ásia, a expansão do comércio marítimo, entre outros.

Os reinos de Portugal e da Espanha tinham seus reis vinculados à igreja romana e obedeciam ao conselho da maior autoridade desta, o Papa. A intermediação sobre o conflito entre os dois países citados, deu-se a partir de decisões do Papa, o que resultou no Tratado de Tordesilhas, o qual estabelecia que as terras no lado Oriente, pertenceriam a Portugal e as no lado Ocidente, pertenceriam a Espanha.

A ocupação do território brasileiro se desenvolveu a partir do século XVI, por meio da faixa costeira do Oceano Atlântico, através de importantes processos, como a chegada do colonizador português e do início das descobertas do potencial econômico da colônia. Sendo que, esse século foi marcado com expedições na faixa costeira, as quais tinham por objetivo a busca de metais preciosos, como ouro e prata.

Os metais preciosos não foram encontrados, o que deu início ao processo de exploração da Mata Atlântica, no que diz respeito ao potencial dos recursos naturais dessa área, sendo estes bastante explorados. Com relação às primeiras atividades desenvolvidas, estas não eram agrícolas, mas sim, de caráter extrativista, principalmente, no que se refere aos recursos naturais da mata, esta que ainda oferecia aos portugueses a caça, a pesca, entre outros.

Com a grande dificuldade de adentrar pelo território, por causa da prioridade dada a exploração da faixa costeira, gerou-se o alargamento desta, sendo que no século XVI houve um avanço para além dos limites do Tratado de Tordesilhas. As primeiras décadas deste século foram marcadas pela exploração dos recursos naturais, principalmente, no que diz respeito ao Pau-Brasil, o que iniciou o processo de devastação da Mata Atlântica. Nessa perspectiva, salienta Prado Júnior (1994),

(...) Assim mesmo contudo, o espírito empreendedor daqueles aventureiros conseguiu encontrar algo que poderia satisfazer suas ambições. Espalhada por larga parte da costa brasileira, e com relativa densidade, observou-se uma espécie vegetal semelhante a outra já conhecida no Oriente, e de que se extraía uma matéria corante empregada na tinturaria. Tratava-se do *pau-brasil*, mais tarde batizado cientificamente com o nome de *Caesalpinia echinata*. Os primeiros contactos com o território que hoje constitui o Brasil, devem-se àquela madeira que se perpetuaria no nome do país (PRADO JÚNIOR, 1994, p. 24 – 25).

Outro fator também contribuiu para a destruição da Mata Atlântica, que consiste no cultivo da cana-de-açúcar, como a Europa atravessava a fase mercantilista, a conjuntura comercial europeia destacava a valorização do açúcar, sendo propícia a sua produção no Brasil. Logo, especificamente, na faixa costeira, passa a ser desenvolvida a primeira atividade de agricultura, ou seja, foi estabelecida como segunda fase do século XVI, a organização de uma atividade produtiva.

A partir da necessidade de ocupação do território de maneira organizada, o rei de Portugal propôs um planejamento dessa ocupação, com o parcelamento do território português, através de capitânicas hereditárias, tendo estas, por nomeação, cada uma delas, um

governador, sendo da responsabilidade deste, a distribuição das terras. Esse processo ocorria da seguinte maneira, os colonizadores recebiam uma carta de doação, que determinava o tamanho de cinco léguas, em média, para cada proprietário.

A partir desse momento, surgiu a grande propriedade da terra, uma vez que, com a unificação das famílias, esta propriedade ficava ainda maior, e que poderia chegar a doze léguas, em média. Começou-se a segmentar toda a faixa costeira, principalmente, no que diz respeito à parte Norte, já que a Sul possuía um relevo muito acidentado.

Nas primeiras décadas do século XVI, não houve a formação de núcleos de adensamento, devido à atividade de exploração ser de movimentação. No entanto, a partir da quinta década desse mesmo século, a cana-de-açúcar por ser uma atividade fixa, contribuiu para a constituição dos primeiros núcleos que se desenvolveram entorno da área de produção do engenho. A formação dos núcleos também se deve ao fato de ser uma forma de defesa do território, através da construção de fortalezas, já que na época existiam tentativas de ocupação por parte de outros povos, como ingleses, franceses e holandeses, que desconheciam a divisão do território, feita com base no Tratado de Tordesilhas.

O século XVII representou o período, no qual houve grandes transformações, relacionadas à maneira política de Portugal tratar sua colônia. Esta passava a ter uma importância significativa para seus colonizadores, como fornecedora de recursos para subsistência e também passava a receber a população de Portugal em grande número, devido este país já não dispor de condições para mantê-la. Isso proporcionou ao Brasil diversas mudanças, principalmente, no que diz respeito ao crescimento acelerado da população e rumo à ocupação, que passou a ultrapassar os limites estabelecidos no Tratado de Tordesilhas, alastrando-se pelas terras pertencentes ao reino espanhol, e ainda, aos poucos a administração passava a se concentrar no poder real.

Ressalta-se a questão da procura por metais preciosos, que era de fato o objetivo dos colonizadores desde o início, sendo que foram encontrados os primeiros metais, na região central do Brasil, inicialmente, com uma quantidade pequena, porém isso fez com que se intensificassem as buscas, fato que contribuiu para a ocorrência da ocupação dessa área, direcionada também para o Sul. Em meio a esse período, ocorreu a intensificação do processo de ocupação do Nordeste, com um grande impulso ao desenvolvimento da pecuária, que gerou um grande número de fazendas, nessa parte do território.

O século XVIII foi o momento em que a penetração no interior aconteceu com maior velocidade e dinâmica, sendo que o principal motivo foi o desenvolvimento da atividade do extrativismo na Amazônia, que produziu mudanças, as quais intensificaram os fluxos

migratórios para esta região. Com a dinâmica econômica do ouro e do diamante em declínio, a atividade agropecuária se tornou ainda mais marcante, no Centro-Oeste, Sudeste e Sul, que estabeleceu nessas áreas, um domínio significativo, que caracterizou esse território. Além disso, começaram a surgir as primeiras experiências com o café no vale do Paraíba do Sul e também, iniciou-se um dos principais ciclos do algodão no Nordeste, destacou-se ainda, o aparecimento de vilas e cidades nas faixas costeiras, durante esse período.

O século XIX foi marcado por uma das principais atividades econômicas desenvolvidas na época, que era o ciclo da borracha, sendo este responsável pelo fluxo migratório da população do Nordeste, devido neste, o fenômeno da seca causar um sofrimento enorme aos nordestinos, que na busca por melhores condições de vida, migraram para a Amazônia, onde passaram a trabalhar nos seringais. Ocorreu nesse período também, a expansão da agropecuária, do algodão e dos latifúndios, que proporcionou o alargamento das populações, que passaram a viver nos interiores do Brasil. Com a intensificação dos grandes latifúndios e da cultura algodoeira, aumentou também a pobreza da população, que terminou submetida ao trabalho, nessas atividades.

Com relação ao século XX, destaca-se a questão de transformações muito aceleradas, que marcou o fim do período agrário-exportador. Trata-se de uma época, na qual o café, a principal atividade desenvolvida, entrou em crise, em decorrência de outra crise ocorrida nos Estados Unidos da América, que era o principal comprador desse produto, o que levou os cafeicultores à falência. Surgiu a necessidade de modernização do país, que o deixou com uma enorme dívida e, ainda, começou a aparecer uma série de conflitos, que objetivavam a fragmentação do Brasil.

A partir desse momento, tornou-se necessária a redefinição da ação do Estado. Em meio a isso, ocorreu um golpe político no país, que culminou com o fim do poder das oligarquias. O Brasil passou a ter uma economia independente das outras nações, desenvolveu um processo de industrialização primitivo, mas que atendia ao mercado interno, ou seja, iniciou-se o fenômeno da substituição de importação, que alargou as atividades primitivas e as manufatureiras.

A economia passou a ser gerada e organizada pelo Estado, que começou a fortalecer as atividades industriais, principalmente, as empresas estatais. Já no que diz respeito à agropecuária, esta continuou sendo importante. No entanto, as atividades urbano-industriais, passaram a possuir uma relevância maior. Outro fato que marcou essa época, foi a saída da ditadura civil, logo, passou a existir uma nova ordem, que impulsionou o Brasil a buscar pelo

desenvolvimento, principalmente, de todas as suas regiões, com a interligação delas, por meio de rodovias.

Esse período também foi marcado por conflitos, que reivindicavam melhores condições de trabalho, pelo surgimento da política pública de reforma agrária, pela abertura de fronteiras para as transnacionais, entre outros aspectos, que contribuíram de forma significativa, para ampliação da ocupação territorial brasileira.

Foram vários os fatores responsáveis pelo desenvolvimento do processo de ocupação do território brasileiro, sendo este marcado por diferentes tipos de conflitos, que influenciaram também na formação econômica do Brasil. E que mesmo após essas constantes transformações ocorridas, o país ainda continua a mercê desse processo, através da expansão das fronteiras agrícolas<sup>4</sup>, que crescem cada vez mais.

### **2.2.1 Ocupação territorial da Paraíba**

A contextualização do desenvolvimento da ocupação territorial, especialmente, do estado da Paraíba, trata-se de algo relevante para esse trabalho. Logo, possibilita entender como ocorreu o processo que originou a configuração territorial paraibana e os principais elementos que influenciaram nessa dinâmica. Sendo que, destaca-se a exploração dos recursos naturais e as lutas existentes nesse território, como sendo os responsáveis pela forma inicial, com a qual foi estabelecida essa organização espacial.

De acordo com Moreira (1996), a ocupação espacial da Paraíba ocorreu através das áreas litorâneas, nas quais os colonizadores se depararam com povos nativos, ou seja, que já habitavam essas áreas, que não as exploravam e que consumiam apenas o necessário para a sobrevivência. Assim, as áreas que eram intactas, permaneceram até o momento, no qual os colonizadores enxergaram nas riquezas naturais existentes, a oportunidade de explorá-las economicamente.

Inicialmente, foram estabelecidas relações amigáveis, entre os colonizadores e os indígenas. Estes passaram a auxiliar aqueles no que era necessário, em termos de serviços prestados para o acesso aos produtos explorados, nessas áreas. Entretanto, à medida que os colonizadores conheceram as riquezas locais, também perceberam as fragilidades, as quais os

---

<sup>4</sup> Ver o artigo **Migração e Evolução de Fronteiras Agrícolas**, de Alexandre M. A. Diniz. Disponível em: <[http://www.abep.nepo.unicamp.br/docs/anais/pdf/2002/GT\\_MIG\\_ST33\\_Diniz\\_texto.pdf](http://www.abep.nepo.unicamp.br/docs/anais/pdf/2002/GT_MIG_ST33_Diniz_texto.pdf)>. Acesso em: 11 fev. 2015.

nativos estavam suscetíveis. A partir disso, surgem os primeiros conflitos, inclusive, pela posse da terra, pois os índios não aceitaram que os colonizadores os aprisionassem e se apropriassem de suas terras.

No entanto, os colonizadores munidos de armas e, ainda, devido à proliferação de doenças, das quais os povos indígenas não estavam imunes, conseguiram exterminá-los e estabeleceram a ocupação do território, ao longo do tempo. Destaca Moreira (1996) que,

A submissão do espaço paraibano à dominação colonial foi acompanhada pelo massacre da população nativa, seja através de sua pura e simples eliminação, seja pelos ultrajes a que foi submetida, ou ainda em virtude de doenças que contraiu no contato com o colonizador e da sua participação como “aliado” nas guerras (MOREIRA, 1996, p. 29).

Com isso, desenvolveu-se o processo de colonização, inicialmente, com a ocupação do Litoral, que em seguida, devido a determinadas questões, foi direcionada para o interior, sendo que este já contava com a presença de alguns índios refugiados. Contudo, o principal responsável por essa organização territorial, foi o fator econômico, baseado, principalmente, no cultivo da cana de açúcar e no desenvolvimento da pecuária.

Nas áreas litorâneas predominou a produção canieira, por se tratar de áreas extremamente propícias para o plantio da cana de açúcar, que passou a ser comercializada para exterior. Essas áreas ficaram caracterizadas pela presença de escravos e Engenhos. Moreira (1996) salienta que,

A organização inicial do espaço litorâneo, a exemplo do que ocorreu em toda fachada oriental do Nordeste, baseou-se na produção açucareira destinada ao mercado externo, na divisão das terras em grandes unidades produtivas conhecidas por Engenho e no trabalho escravo. Tratava-se de um espaço construído e organizado para atender às necessidades de acumulação do capital mercantil (MOREIRA, 1996, p. 33).

Com relação à ocupação territorial do interior paraibano, esta teve forte influência da ocupação litorânea. A Paraíba sofreu uma divisão espacial, tendo como principais elementos dessa dinâmica, as atividades produtivas economicamente desenvolvidas. Como o cultivo da cana de açúcar se estabeleceu nas terras litorâneas, na região do Agreste e nas áreas sertanejas se desenvolveu a pecuária, o cultivo de produtos para subsistência e, ainda, a produção de algodão.

Nesse sentido, aborda-se que devido ao trabalho pesado nos canaviais, surgiu o emprego do gado bovino, principalmente, na questão do transporte de madeira, da matéria-

prima e do produto final, que se tratava do açúcar. Com isso, aumentou de forma significativa, o número de animais nos locais de produção do açúcar, tanto em decorrência do uso para o trabalho canavieiro, quanto para o abatimento desses animais, que tinham a carne consumida pela população local, além de couro utilizado na fabricação de móveis e vestimentas.

A produção canavieira e a pecuária se tratavam de atividades rentáveis, que logo se expandiram e, assim, o espaço no qual essas atividades se desenvolveram se tornou estreito para ambas. Com isso, destaca-se o surgimento de confusões, que tinham como principais autores, os agricultores e os criadores de gado, que resultou na separação dos dois. Sendo assim, a criação de gado bovino foi direcionada para o interior paraibano, que se caracterizou por possuir enormes fazendas, especialmente, no Sertão. Estabeleceu-se então, a concentração de terras sob o controle de uma minoria, na região sertaneja. Como destaca Moreira (1996),

(...) [que] a instalação de grandes domínios latifundiários com baixa densidade populacional e econômica. Em função da pobreza da pastagem natural da caatinga, da existência de um regime pluviométrico irregular, com uma estação seca muito prolongada e da utilização de técnicas rudimentares de criação, muitos hectares eram necessários para alimentar uma rês. Estes fatos, associados à grande disponibilidade de terras (considerando-se que a terra do índio, do ponto de vista do colonizador, era terra disponível porque passível de ser conquistada e apropriada) contribuíram para que a organização da atividade pecuária no Sertão se desenvolvesse em grandes propriedades: a fazenda (MOREIRA, 1996, p. 71).

Nesse contexto, ressalta-se o processo de organização, no qual se baseou a formação de fazendas nas áreas sertanejas, que gerou outras propriedades, a partir da maneira como era estabelecida a forma de remuneração das pessoas que trabalhavam nessas áreas. A remuneração consistia em saldar com determinada quantidade de animais, o valor de 25% (vinte e cinco por cento) do que era produzido, no decorrer de aproximadamente cinco anos, aos responsáveis por gerenciar todo o trabalho das fazendas. Isso também foi uma maneira de aumentar o número de propriedades, pois esses trabalhadores passaram a criar seus próprios rebanhos.

E ainda, ressalta-se outro elemento que teve uma participação relevante no processo de ocupação do Sertão paraibano, trata-se do algodão. Assim como o gado bovino, que não servia apenas para o trabalho pesado, também fornecia a matéria prima para a produção de peças de roupas, sapatos, entre outros. O cultivo do algodão também se destacou e encontrou nas terras sertanejas, a oportunidade de expansão, pois se tratava de uma atividade que fornecia matéria prima para produção roupas. Assim, a ocupação territorial da área sertaneja paraibana se configurou a partir da pecuária, da policultura e da cotonicultura.

Nesse sentido, ressalta-se a questão da concentração de terras na mão de poucas pessoas, o que ocasiona muitas revoltas, pela questão de terem ficado sem o direito de usufruir da terra, de maneira igualitária. Com isso, surgem os conflitos que, na maioria dos casos, reivindicam medidas as quais visam combater essa concentração fundiária, a fim de que se faça uma nova distribuição de terras.

### 2.3 REFORMA AGRÁRIA E AS LUTAS CAMPONESAS

A formação territorial do Brasil se consolidou a partir da exploração econômica dos recursos naturais existentes, que originou um conjunto de atividades desenvolvidas através de uma relação de suporte, pois o processo de expansão delas estava intimamente ligado, no que se refere ao trabalho. Logo, pode-se destacar isso, na produção da cana de açúcar, por exemplo, que influenciou no desenvolvimento da pecuária no Nordeste.

O processo de expansão, tanto da produção canavieira, quanto da pecuária, foi responsável pela concentração de terras, ou seja, estabeleceu-se uma desigualdade social, em relação à distribuição de terras, ao longo dos anos. Isso gerou a composição de determinados grupos sociais, que demonstram um sentimento de insatisfação e lutam para modificar o quadro agrário, na tentativa de conquistar seus espaços. Com relação a isso, ressalta Martins (2000),

No Brasil, não raro, durante quase um século, a questão agrária se expressou por meio de tensões religiosas, de confrontos sangrentos entre o catolicismo popular e o catolicismo institucional ancorado no aparelho de estado, mesmo com a separação entre a Igreja e o Estado da era republicana. Portanto, uma questão agrária que se torna questão religiosa, que se torna questão política, que se torna questão policial, que se torna questão militar, como aconteceu em Canudos, no Contestado e em vários outros episódios das lutas sociais no campo, incluindo episódios relativamente recentes, do tempo da ditadura. Um balanço apropriado do conflito fundiário nas últimas décadas nos revelaria que ele é apenas um subtema de conflito maior e mal definido entre o Estado oficialmente laico e a Igreja (MARTINS, 2000, p. 99).

Nesse contexto, trabalha-se a reforma agrária, uma política pública do Governo Federal, que consiste no desenvolvimento de ações que promovam a reestruturação fundiária e na promoção do bem comum. Assim, define Martins (2000),

Reforma agrária é todo ato tendente a desconcentrar a propriedade da terra quando esta representa ou cria um impasse histórico ao desenvolvimento social baseado nos interesses pactados da sociedade. Pacto que só se torna eficaz através da mediação dos partidos políticos e no âmbito do possível. Isto é, no âmbito das concessões que as forças em confronto possam fazer para viabilizar uma transformação institucional e social necessária e inadiável em favor do bem comum (MARTINS, 2000, p. 107).

No que diz respeito aos grupos sociais que surgiram entorno da questão agrária, destacam-se as lutas camponesas, que se trata de manifestações com o objetivo de promover uma nova organização do campo agrário, sendo caracterizadas pelas desapropriações de terras, principalmente, de grandes propriedades latifundiárias. Sendo assim, coloca Fernandes (2009),

Os camponeses instauraram, na formação social brasileira, em situações diversas e singulares e mediante resistências de intensidades variadas, uma forma de acesso livre e autônomo aos recursos da terra, da floresta e das águas, cuja legitimidade é por eles reafirmada no tempo. Eles investiram na legitimidade desses mecanismos de acesso e apropriação, pela demonstração do valor de modos de vida decorrentes da forma de existência em vida familiar, vicinal e comunitária (FERNANDES, 2009, p. 13).

Trata-se de questões complexas, que envolvem a sociedade e o meio. As discussões estabelecidas, que abordam a temática da estrutura fundiária brasileira são muitas, mas ainda não colocam a prática como principal fator a ser trabalhado, para que de fato se promova uma redistribuição de terras de forma justa e igualitária para os sujeitos do campo. E ainda, que os camponeses possam lidar com a terra, dentro da perspectiva sustentável.

## 2.4 SUSTENTABILIDADE, AGROECOLOGIA E ARRANJOS PRODUTIVOS

Salienta-se que as ocupações territoriais são iniciadas, a partir da existência de elementos que geram progresso econômico, oferecidos pelas áreas sujeitas a esses processos de posse da terra. Com isso, a forma que aconteceu a ocupação do território brasileiro, não difere, nesse aspecto. Logo, a organização espacial no Brasil se constituiu, ao longo do tempo, com o foco, no que de proveitoso as áreas tinham para oferecer ou propiciar ao desenvolvimento econômico. Essa organização se estabeleceu de maneira desigual, à medida que aconteceu, ou seja, predominou a concentração de terras.

A partir dessa questão, aborda-se a situação dos camponeses, que se encontram sem uma área, na qual possam se estabelecer e desenvolver atividades, principalmente, o cultivo de produtos de subsistência. Com um histórico de vida cheio de desafios, essas pessoas lutam por melhorias na estrutura agrária, através de manifestações ou entram em conflito, com os grandes latifundiários. O Governo Federal, por sua vez, promove ações que consistem na superação desses impasses, através de processos que ainda não são suficientes para atender as famílias camponesas, para que estas possam manter uma vida com as condições necessárias e sobreviver dignamente. Porém, trata-se um processo muito lento e complexo, pois envolve muitas questões de interesses econômicos. Com relação a isso, destaca Oliveira (2007),

A distribuição pelas regiões brasileiras e seus respectivos estados, mostra que a política de reforma agrária do governo LULA está marcada por dois princípios: **não fazê-la nas áreas de domínio do agronegócio e, fazê-la nas áreas onde ela possa “ajudar” o agronegócio**. Ou seja, a reforma agrária está definitivamente, acoplada à expansão do agronegócio no país. Aliás, não custa lembrar mais uma vez que, é por isso que a portaria com os novos índices de produtividade dos imóveis rurais, não foi assinada até hoje (OLIVEIRA, 2007, p. 177).

A situação econômica dos camponeses assentados se encontra crítica ainda, apesar do governo criar programas sociais, que visam amenizar as dificuldades enfrentadas. A maioria desses camponeses se desenvolveu, com a prática da agricultura de meação, que consiste no processo em que a produção é dividida pela metade, entre os camponeses e o proprietário da terra. Sendo de fundamental importância a transformação desse contexto, trabalha-se a sustentabilidade como processo, que visa educar a sociedade, quanto ao consumo consciente dos elementos naturais. Guimarães (1997) coloca que,

(...) a manutenção do estoque de recursos e da qualidade ambiental para a satisfação das necessidades básicas das gerações atuais e futuras – constata-se que a sustentabilidade do desenvolvimento requer justamente de um mercado regulado e de um horizonte de longo prazo para as decisões públicas. Entre outros motivos porque atores e variáveis como “gerações futuras” ou “longo prazo” são estranhas ao mercado, cujos sinais respondem a alocação ótima de recursos no curto prazo (GUIMARÃES, 1997, p. 22).

A partir disso, os camponeses buscam entre si, alternativas que possibilitam gerar renda, sem ocasionar impactos muito graves ao meio ambiente. Sendo assim, eles começam a trabalhar diante de oportunidades que surgem, para desenvolver atividades que geram renda,

destaca-se o caso da implantação da atividade apícola, dentro do princípio agroecológico, em assentamentos de reforma agrária. Nessa perspectiva, destaca Guzman (2001),

A Agroecologia, que propõe o desenho de métodos de desenvolvimento endógeno para o manejo ecológico dos recursos naturais, necessita utilizar, na maior medida possível, os elementos de resistência específicos de cada identidade local. Em nossa opinião, a maneira mais eficaz para realizar esta tarefa consiste em potencializar as formas de ação social coletiva, pois estas possuem um potencial endógeno transformador (GUZMAN, 2001, p. 36).

Desse modo, a apicultura é definida, de acordo com Peruca et al (2002, p. 7), como sendo “a criação de abelhas (*Apis mellifera*) em confinamento sob controle do homem, alojadas em colmeias artificiais, utilizando métodos e equipamentos desenvolvidos para melhor explorar as capacidades naturais destes insetos”, consiste numa atividade de um manuseio específico, a qual não é necessário um longo período de dedicação ao trabalho.

Nessa perspectiva, alguns projetos de apicultura já desenvolvidos, obtiveram êxito. Logo, esta se trata de uma atividade de baixo custo e retorno financeiro acelerado, sendo possível usufruir, basicamente, da mão de obra de todos os membros da família. Conforme Martins et al (2006),

Em assentamentos de reforma agrária, a apicultura, se comparada às atividades agropecuárias, apresenta-se como uma alternativa com grande potencial, pois possibilita geração de renda com baixo investimento e retorno mais rápido, requer menor tempo de dedicação, além de contar com o apoio técnico, financeiro e político de ONGs e órgãos oficiais (MARTINS, 2006, p. 2).

Sendo a apicultura uma atividade de uma prática acessível, não significa que não inspira cuidados, existe a necessidade de ficar atento, principalmente, com relação a estar devidamente equipado, com as ferramentas necessárias para manusear essa atividade. A questão do auxílio da família, durante o manuseio da apicultura, é algo de grande importância, pois proporciona o conhecimento e desenvolve nos jovens características como autoconfiança e compromisso. Salienta Damasceno (2004),

Como demonstrativo do alto potencial da apicultura em incluir jovens e mulheres do campo em atividades produtivas faz-se necessário explicitar a experiência do assentamento Santa Agostinha, em Caraúbas-RN, também no oeste potiguar, onde a referida atividade tem mudado a realidade de jovens, possibilitando a inclusão social destes. Trata-se de um grupo de jovens, 18 e 24 anos, que está, com a apicultura, despertando um sentimento de responsabilidade e auto-estima. A atividade passou a apresentar resultados

em apenas oito meses, gerando lucro de R\$ 800. O nível de satisfação pode ser percebido nas palavras de um dos jovens: “É uma coisa fantástica, e está mudando a nossa realidade” (DAMASCENO, 2004, p.1).

Ressalta-se, especialmente, a participação das mulheres e ainda, que para expandir e trabalhar com essa atividade, não é necessário contratar pessoas, os benefícios decorrentes da prática da apicultura são muitos. De acordo com Vieira (2004), ao tratar a apicultura nos assentamentos investigados, do Mato Grosso do Sul (MS),

(...) Normalmente os homens tornam-se responsáveis pela realização de tarefas mais pesadas, tais como captura de enxames, transporte e instalação de colméias e centrifugação do mel, enquanto as mulheres se encarregam do beneficiamento e comercialização do produto. Com isso, a atividade dispensa a contratação de mão-de-obra, tornando-se mais rentável ao apicultor. Mesmo no caso de famílias pequenas onde não há tanta disponibilidade de mão-de-obra é comum a união de apicultores onde um auxilia o manejo do outro (parcerias assim são comuns entre os apicultores desta região) (VIEIRA, 2004, s/p).

No Nordeste, ainda é mínima a quantidade de apicultores, mas isso se modifica, ao longo do tempo. Por se tratar de uma região que possui uma vegetação rica, como a Caatinga, que propicia um excelente crescimento da atividade em questão, o que garante o fornecimento de alimentos para as abelhas. Estas, por sua vez, contribuem ao espalhar as sementes e fazer a polinização, que propicia o crescimento de uma nova vegetação. Além de proporcionar renda para os camponeses, a apicultura ainda se coloca como uma atividade que provoca menos impactos para a natureza. Assim, destaca Martins et al (2006),

Em relação aos impactos no meio ambiente, a apicultura tem contribuído sobremaneira para a redução do uso de agrotóxicos na produção agrícola. Temendo a contaminação do mel, os apicultores conservam a mata e, conseqüentemente, garantem a biodiversidade da fauna e flora. Isso significa que a apicultura tem contribuído para a formação de atitudes, pois ainda que a priori movidos por razões econômicas, os apicultores têm adotado posturas ambientalmente corretas (MARTINS, 2006, p. 17).

Nessa perspectiva, procura-se mostrar a importância do desenvolvimento de atitudes que visam melhorar a vida das famílias camponesas, que enfrentam diversos desafios na sociedade atual. Enfatiza-se o crescimento de atividades sustentáveis, a apicultura além de gerar renda, ainda contribui para que essas pessoas desenvolvam atitudes éticas, as quais estejam voltadas para a conservação do meio ambiente. Segundo Guzman (2001),

As estratégias de desenvolvimento rural sustentável, aqui propostas, se baseiam no princípio agroecológico que indica a necessidade de articular os elementos de sustentabilidade existentes nas formas históricas de manejo, com as novas tecnologias de natureza ambiental. Quer dizer, estão baseadas na geração de uma "modernidade alternativa" quanto ao manejo dos recursos naturais. O uso múltiplo do território e o aproveitamento de todas as suas potencialidades, mediante a reutilização da energia e materiais, buscando a reposição dos elementos deteriorados, constitui uma prática histórica mais recente, pretende inventar de novo, agora com o nome de pluriatividade (GUZMAN, 2001, p. 40).

Aconteceram mudanças e avanços significativos, mas se tornam necessários mais investimentos, no que competem às questões que visam o melhoramento das condições que envolvem a economia e os problemas sociais no país. Principalmente, no que diz respeito aos grupos sociais menos favorecidos, que precisam de investimentos, para possibilitar o desenvolvimento de atividades produtivas sustentáveis e que propiciam uma boa renda.

Visa-se desenvolver a atividade apícola, dentro dos parâmetros da sustentabilidade, com o intuito do crescimento das áreas que possuem um grande potencial, para que possam contribuir com a diminuição dos problemas socioeconômicos, nas regiões em desenvolvimento, para promover o equilíbrio entre esses lugares. Sendo assim, destacam-se as áreas de assentamentos de reforma agrária, como locais que oferecem condições para o desenvolvimento projetos com caráter sustentável.

### **3 A APICULTURA COMO ESTRATÉGIA DE RESISTÊNCIA EM ÁREAS REFORMADAS NO MUNICÍPIO DE CAJAZEIRAS – PB**

Faz-se uma abordagem sobre as lutas e as conquistas dos camponeses na busca por condições que ofereçam uma vida digna. Colocam-se quais as possibilidades que surgem em meio a tantas dificuldades, enfrentadas por esses camponeses assentados. E ainda, destaca-se o desenvolvimento de atividades produtivas sustentáveis, sendo ressaltada dentre estas, a apicultura.

#### **3.1 UM BREVE HISTÓRICO SOBRE O PROCESSO DE CONQUISTA DA TERRA DOS ASSENTAMENTOS COM APICULTURA EM CAJAZEIRAS – PB**

Existem sete assentamentos de reforma agrária em Cajazeiras – PB, registrados pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), localizados na zona rural deste município. A maioria deles possui um histórico de ocupação semelhante, no que se refere ao processo de luta pela conquista da terra, ressalva-se que só alguns têm uma história, que se desenvolveu de forma diferenciada, como se apresenta no tópico seguinte.

Os assentamentos<sup>5</sup> são os seguintes: Santo Antônio (1997), Valdecy Santiago (1997), Frei Damião I (2001), Edvaldo Sebastião (2001), Frei Beda (2004), Mãe Rainha (2006) e Santa Cecília (2012). Porém, iremos enfatizar aqui, apenas, aqueles assentamentos que desenvolvem a atividade apícola, sendo: Santo Antônio, Frei Damião I e Frei Beda.

##### **3.1.1 P. A. Santo Antônio**

De acordo com informações documentais e pesquisas já desenvolvidas sobre o P. A. Santo Antônio<sup>6</sup>, inicialmente, constituiu-se uma determinada área, um pequeno sítio. Com o passar dos anos, foram sendo anexadas a este outras terras, que passou a ser reconhecido como fazenda Santo Antônio, tendo como proprietário o senhor Major Galdino Pires, que

---

<sup>5</sup> Dados fornecidos pela coordenadora da Central das Associações dos Assentamentos do Alto Sertão Paraibano (CAAASP), a senhora Josefa Alves Vieira, mais conhecida como Nelsa.

<sup>6</sup> Informações do histórico feitas a partir da dissertação de mestrado de FREITAS (2013), ver em referências bibliográficas.

possuía aproximadamente de 2.000 tarefas<sup>7</sup>, o equivalente a 605 ha, situada em Cajazeiras – PB. Nesta propriedade se encontravam 32 famílias, sob a condição de meeiros e rendeiros. Eram desenvolvidas como principais atividades produtivas, a pecuária e a produção algodoeira, esta composta pela espécie de algodão arbóreo. Ainda, referente à produção desenvolvida nessa fazenda, existiam plantações de arroz, feijão, milho, em menor escala, sendo mais para a subsistência e também, o cultivo de capim, este ligado à criação de bovinos.

Após o falecimento do proprietário, o controle dos bens materiais deste, ficou por conta dos herdeiros, que criaram um empreendimento, denominado Fazenda Pires Agropastoril Ltda. (FAPISA), constituído por nove propriedades, entre elas, a Fazenda Santo Antônio. O início desse processo empresarial se deu em 1973, que se caracterizou pela produção de artigos destinados à agropecuária e ainda, destacou o algodão, como principal item de comercialização.

Ressalta-se que, naquela época, a situação dos trabalhadores da Fazenda Santo Antônio já era desfavorável, com relação ao pagamento e as condições de trabalho, sendo estes considerados insuficientes. A partir dessa e de outras questões, gerou-se um sentimento de insatisfação, por parte dessas famílias, que foi aos poucos, crescendo ainda mais, devido as enormes dificuldades enfrentadas por essas pessoas.

Com um tempo, houve o declínio da produção algodoeira, na empresa citada, devido a fatores diversos, entre os quais se destacam as práticas inadequadas de manejo dos solos e, conseqüentemente, do empobrecimento destes. Acrescenta-se ainda, a retirada da vegetação, do cultivo de uma única cultura, durante um longo período, da utilização excessiva de produtos químicos, com o objetivo de prevenir ou combater pragas, nas plantações, e de outros problemas.

Nesse contexto, deu-se a decadência da empresa FAPISA, uma vez que, os sucessores por não terem condições de arcar com os débitos, principalmente, de empréstimos feitos no Banco do Brasil (BB), os quais cresceram cada vez mais, terminaram hipotecando os imóveis, dentre eles, a Fazenda Santo Antônio. A partir disso, iniciou-se um movimento, que reivindicava a posse da terra, feito pelos moradores da fazenda, que se encontravam numa situação muito complicada para sobreviver e que, como forma de ressarcimento por todos os anos de trabalho mal remunerado, lutaram pela permanência deles no local.

---

<sup>7</sup> De acordo com PASTANA (2010), ver em referências bibliográficas, o termo Tarefa designa a área de terra que corresponde a um determinado trabalho agrícola que se deve realizar em determinado limite de tempo, por um homem ou grupo de homens. Aparece em dimensões muito variáveis, desde 7x7 braças até 50x50 braças. Na Bahia corresponde a superfície de um quadrado de 30 braças de lado, equivalente a 4.356,00 m<sup>2</sup>.

A partir de um documento requerendo providências, em relação às famílias, elaborado pela Comissão Pastoral da Terra (CPT), juntamente com o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Cajazeiras (STR/CZ), enviado ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), estabeleceu-se a luta pelo direito a posse da fazenda. Posteriormente, verificou-se tecnicamente, que a propriedade se encontrava improdutiva, iniciou-se o processo de desapropriação.

Em 1997, após consolidada a desapropriação das terras, a Fazenda Santo Antônio se tornou o primeiro assentamento de reforma agrária de Cajazeiras – PB, colocado como uma exceção, em relação ao seu processo de ocupação, devido ter se constituído a partir da permanência de trabalhadores que já se encontravam no local, diversamente de assentamentos fundados posteriormente, compostos por famílias provenientes de outros lugares.

### **3.1.2 P. A. Frei Damião I**

O processo de origem do Assentamento Frei Damião I<sup>8</sup> se instituiu, de acordo com o mandado de emissão de posse 264 e documentos com relatos, a partir da desapropriação do imóvel rural designado de Saquinho, Angelim, Pau-da-Cobra, Passagem do Meio e Pedra do Bosco ou Serrote, localizado no município de Cajazeiras – PB, que pertencia aos herdeiros do Coronel Júlio Marques do Nascimento.

Nessa propriedade, aproximadamente, trinta famílias já habitavam, sendo que muitas delas, já se encontravam no local, há mais de trinta anos, na condição de meeiros. Porém, esses camponeses não eram remunerados, sendo assim, consideraram-se estes na condição de posseiros. Logo, a relação estabelecida consistia em usufruir da terra e de moradia, como se eles fossem os proprietários, com a morada formada, basicamente, por casas de taipa, sendo de alvenaria aquela que competia ao proprietário da fazenda e aquelas que pertenciam aos gerentes e a alguns moradores. Esses que com recursos próprios, construíram suas habitações.

Com isso, estes moradores cuidavam da manutenção das cercas, da formação de pastagem, de roçar as estradas e desenvolviam atividades produtivas básicas, como pequenas criações de porcos, cabras, galinhas, etc. Eles cultivavam ainda, feijão, milho, batata doce, macaxeira, para subsistência familiar.

---

<sup>8</sup> Histórico feito com base em informações de um texto elaborado pela senhora Josefa Alves Vieira (Nelsa), que relata como ocorreu a fundação deste assentamento.

Dentro desse contexto, ocorreu a ocupação de uma fazenda vizinha, sendo esta pertencente ao mesmo proprietário da estância já citada, em abril de 1998, por um grupo de trabalhadores da região de Sousa – PB, assessorados pela Comissão Pastoral da Terra (CPT). Durante uma assembleia, na comunidade da Fazenda Saquinho, foi indagado aos representantes desta, o Sr. Antônio da Viúva e do Sr. Zequinha, se os mesmos tinham interesse em participar do Programa de Reforma Agrária.

Foi feita uma abordagem sobre os possíveis benefícios oferecidos para essas famílias, uma vez que aquela propriedade fosse desapropriada, propiciaria moradia digna e uma porção de terra, para o desenvolvimento da pequena produção, entre outros. Inicialmente, os moradores não deram muita credibilidade ao movimento, mas aceitaram participar da luta pela posse da terra.

Assim, iniciou-se um período muito difícil, o qual envolveu essas famílias camponesas. Logo, a pressão colocada pelos herdeiros dessa propriedade, consistiu, principalmente, em ameaças de despejo para aqueles que estivessem a favor da reforma agrária. Por temerem essas intimidações, os moradores demonstraram certa resistência. Entretanto, ao longo dos dois anos e meio, participaram dos encontros de formação política social e religiosa, oferecidos pela Comissão Pastoral da Terra (CPT).

Finalmente, a posse da referida fazenda foi emitida no dia 23 de janeiro de 2001. Tornou-se realidade, o sonho tão almejado por esses camponeses, a fundação de um assentamento, com vinte e uma famílias cadastradas. Foi denominado de Assentamento Frei Damião I, devido à existência de muitos devotos do franciscano Frei Damião Bolzano, residentes no local. E ainda, fundou-se a Associação dos Agricultores do Assentamento Frei Damião I, elegendo uma mulher como coordenadora, a senhora Josefa Alves Vieira (Nelsa), no dia 09 de abril de 2001.

### 3.1.3 P. A. Frei Beda

A ocupação do Assentamento Frei Beda<sup>9</sup> teve início a partir da questão da desapropriação das Fazendas Ponta D'água e Alto do Machado, pertencentes a diversos legatários, nas quais eram desenvolvidas atividades relacionadas à pecuária e o cultivo de produtos para subsistência, como feijão e milho, sendo ainda destacado que já era praticado o desmatamento, para obtenção de renda, a partir da venda da madeira. Nessas fazendas já se encontrava um número significativo de moradores, que com o passar dos anos, ficaram a mercê de uma situação cada vez mais complicada, no que diz respeito às condições necessárias para sobrevivência, as quais se tornaram as mínimas possíveis, à medida que o tempo foi passando.

Dentro desse contexto, começaram-se as primeiras manifestações de insatisfação dessas famílias, que habitavam em barracos de taipa e eram coibidos de cultivar e criar animais nessas terras. Com isso, a Comissão Pastoral da Terra (CPT) passou a organizar encontros, dos quais participavam os grupos familiares das propriedades citadas, alguns da cidade de Cajazeiras – PB e, ainda, pequenos grupos naturais de outras cidades e/ou de municípios dos estados vizinhos.

Nesses encontros se constituiu um grupo de 34 famílias, para batalhar pela ocupação das fazendas. No ano de 2000 iniciou a ação de desapropriação, com o espaço reivindicado formado por 1.308,12 hectares. Em 21 de dezembro de 2014, foi enunciada a posse da terra, para as famílias referidas.

Com relação às condições financeiras desses camponeses, ressalta-se que não há documentos que contenham essas informações registradas. Porém, através de relatos dos próprios trabalhadores, que cotextualizaram seus históricos de vida, ao destacarem que trabalhavam como meeiros e/ou diaristas, recebiam pela diária, sem o suporte de direitos trabalhistas.

Além do acesso a terra, esses grupos de familiares foram incluídos em políticas e programas do Governo Federal, tais como Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), Seguro Safra, Bolsa Família, Habitação, Eletrificação e Assessoria Técnica Social Ambiental (ATES), entre outros.

Contudo, após o acesso a terra, os assentados ao desenvolverem suas primeiras atividades produtivas, estas consistiam, basicamente, na prática da agricultura tradicional,

---

<sup>9</sup> Informações da história do Assentamento Frei Beda produzida a partir de relatos dos moradores e de relatórios de estudos desenvolvidos no local.

com o cultivo de produtos de subsistência, iniciaram um processo de desmatamento, de maneira descontrolada, na área. Isso, com o objetivo da fabricação de carvão, uma atividade que gerava renda.

Todavia, a área que limita o assentamento, na qual aconteceu essa questão, trata-se de uma Área de Preservação Permanente (APP). Sendo assim, ao receber denúncias, o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) proibiu os camponeses de produzirem na terra, permanecendo dessa forma até o momento, que surgir uma solução adequada para a situação.

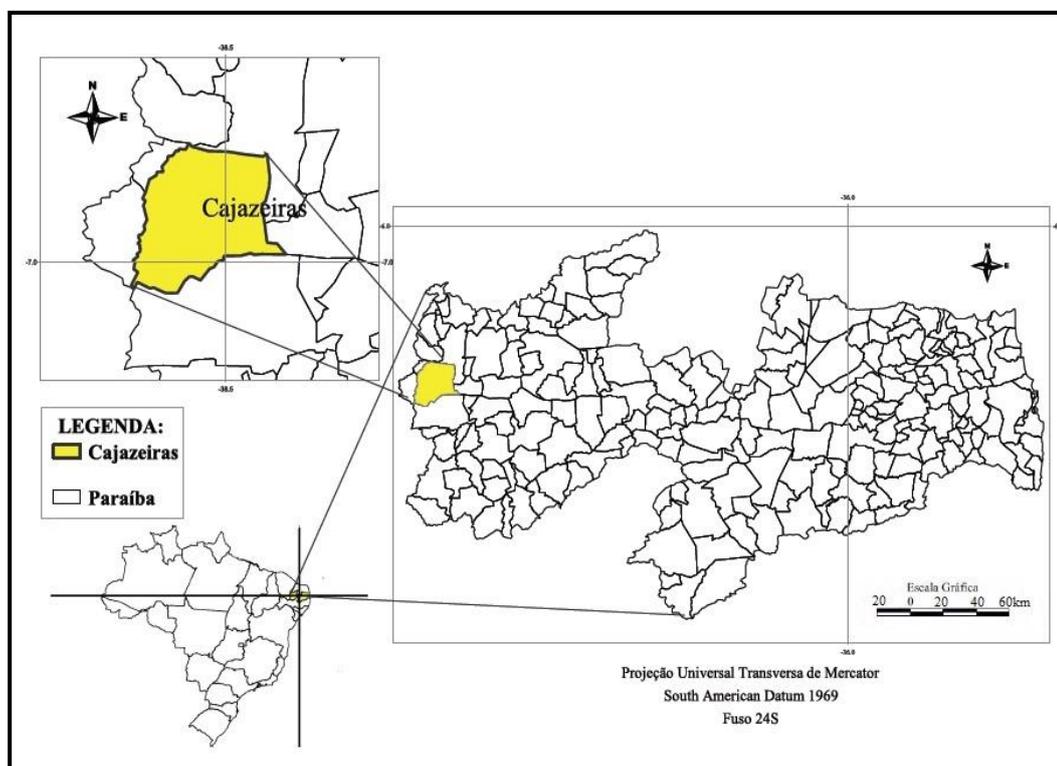
A compreensão dos grandes desafios que rodeiam as famílias camponesas, por não possuírem uma porção de terra, na qual possam produzir para o próprio sustento, fez-se necessária, sobretudo, no que diz respeito à história do processo de luta pela posse da terra e também, após a conquista desta, o que se tornou um elemento fundamental a ser explorado neste trabalho.

### 3.2 CARACTERIZAÇÃO DAS UNIDADES PRODUTIVAS E DO POTENCIAL PRODUTIVO DO MUNICÍPIO DE CAJAZEIRAS – PB

O município de Cajazeiras, de acordo com CPRM (2005), possui uma área de 567,5 km<sup>2</sup>, localiza-se no Oeste da Paraíba, sendo seus limites estabelecidos ao Norte e Leste, com São João do Rio do Peixe, ao Sudeste, com Nazarezinho, ao Sul, com São José de Piranhas, ao Oeste, com Cachoeira dos índios e Bom Jesus e ao Noroeste, com Santa Helena (Ver figuras 1 e 2).

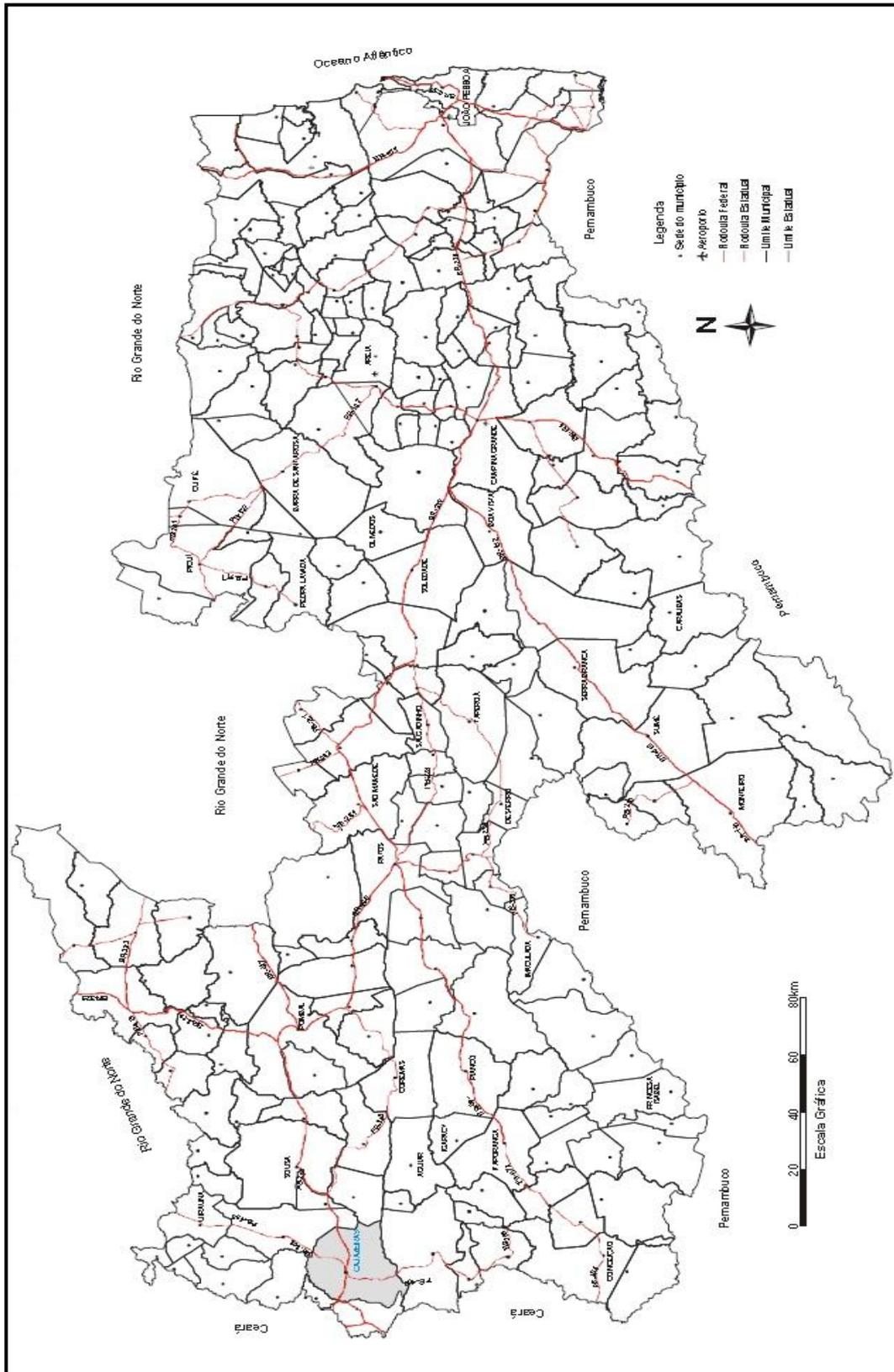
Encontra-se situado no alto sertão paraibano, uma região na qual prevalece o clima semiárido, este caracterizado pelo aspecto quente e seco, devido possuir baixos índices de precipitações de chuvas. Trata-se de uma microrregião bastante rica, em relação à vegetação, que é típica do Bioma Caatinga, marcada pela presença de espécies, as quais se adaptam a falta d'água, ao longo do período de seca. Conforme informações coletadas na CPRM (2005, p. 3), “A vegetação é de pequeno porte, típica de caatinga xerofítica, onde se destaca a presença de cactáceas, arbustos e árvores de pequeno a médio porte”, demonstra-se a capacidade florística dessa região.

Figura 1 – Mapa de localização do município de Cajazeiras – PB



Fonte: Organizado por Érika L. G. ANDRADE, 2015.

Figura 2 – Mapa que apresenta o acesso rodoviário da Paraíba



Fonte: CPRM, 2005.

O município de Cajazeiras possui um rico quadro de espécies vegetais excelentes para a produção melífera. De acordo com Silva (2010, p. 11), “Estando a produção de mel e outros produtos da colméia ligados à presença das flores, é importante que se conheçam as plantas apícolas, seus períodos de florescimento e sua abundância em determinada região”. Assim, demonstra-se que trata de uma região extremamente propícia ao desenvolvimento de atividades produtivas sustentáveis, como a apicultura (Ver tabela 1).

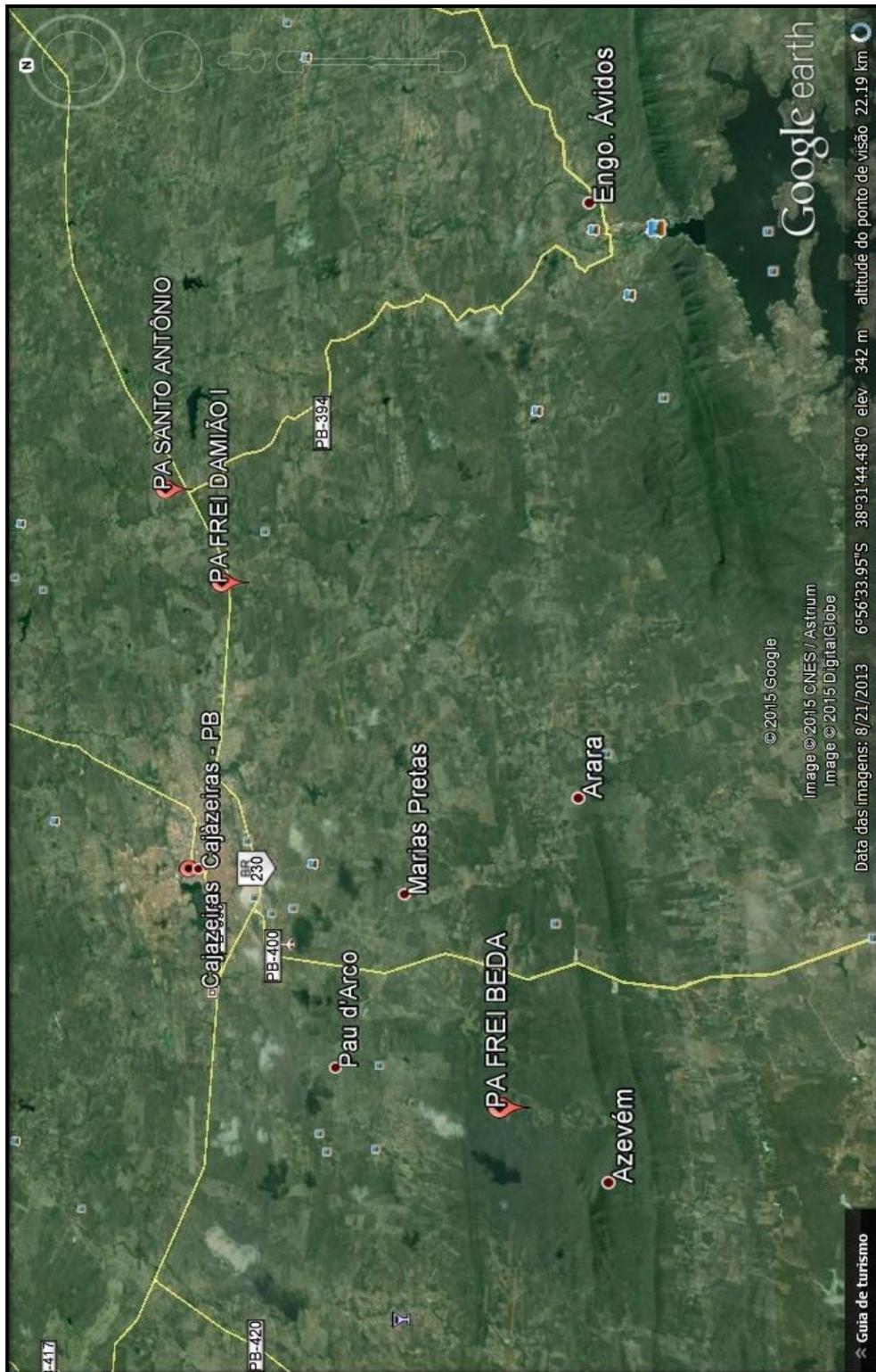
Tabela 1 – Principais espécies vegetais da Microrregião de Cajazeiras – PB

NOME COMUM	NOME CIENTÍFICO
Angico	Anadenanthera colubrina
Aroeira	Myracrodruon urundeuva
Catingueira	Caesalpinia pyramidalis
Cumaru	Amburana cearensis
Carnaúba	Copernicia prunifera
Coaçur	Triplaris surinamensis
Imburana de cheiro	Amburana cearensis
Juazeiro	Ziziphus juazeiro
Jucá	Caesalpinia férrea
Jurema-branca	Piptadenia stipulacea
Jurema-preta	Mimosa tenuiflora
Mandacaru	Cerus jamacaru
Marmeleiro	Croton sonderianus
Mofumbo	Combretum leprosum
Mororó	Bauhinia forficata Linn
Oiticica	Licania rígida
Pau-d'água	Tabebuia serratifolia
Pereiro	Aspidosperma purifolium
Xiquexique	Pilocereus gounellei
Pinhão brabo, pinheiro do mato	Podocarpus lambertii
Maniçoba	Maniçoba manihot

**Fonte:** Adaptado de INCRA, 2011.

Destaca-se a localização das áreas de assentamentos de reforma agrária, pertencentes a esse município, que desenvolvem a apicultura (Ver figura 3).

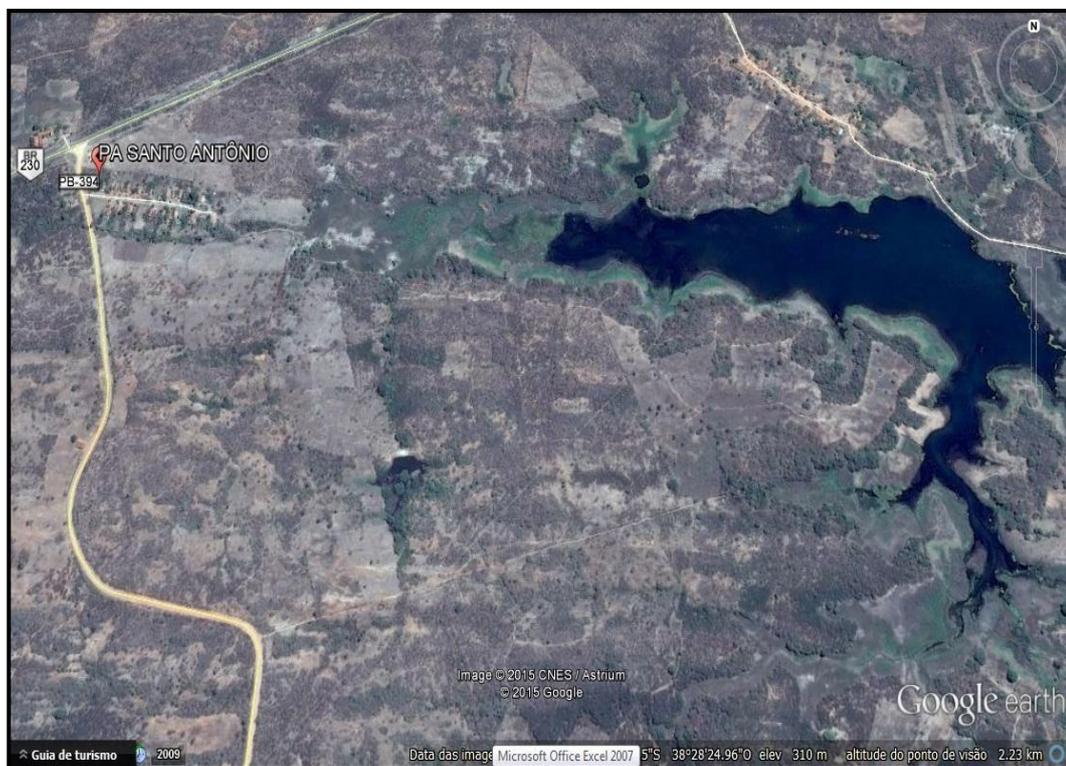
Figura 3 – Mapa que mostra a localização dos Assentamentos com Apicultura de Cajazeiras – PB



**Fonte:** Organizado por Érika L. G. ANDRADE, a partir das imagens disponibilizadas pelo Google Earth, 2015.

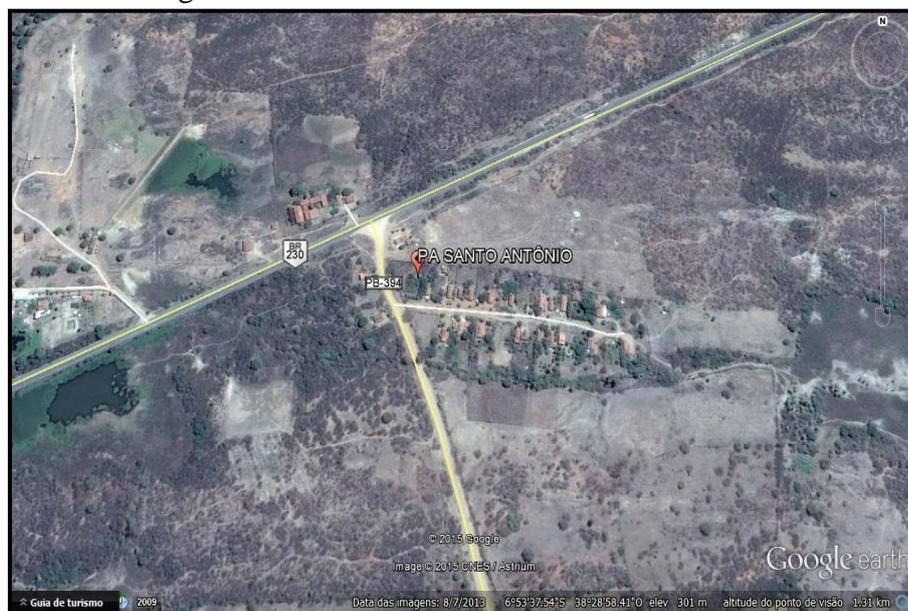
Apresenta-se o Assentamento Santo Antônio, localizado às margens da BR 230, no quilômetro 460, situado no meio rural, que fica no lado Leste do município de Cajazeiras – PB, no trajeto que existe entre este e o município de Sousa – PB (Ver figuras 4 e 5).

Figura 4 – Localização do Assentamento Santo Antônio próximo ao reservatório conhecido por Açude Santo Antônio



Fonte: Organizado por Érika L. G. ANDRADE, a partir das imagens disponibilizadas pelo Google Earth, 2015.

Figura 5 – Sede do Assentamento Santo Antônio



Fonte: Organizado por Érika L. G. ANDRADE, a partir das imagens disponibilizadas pelo Google Earth, 2015.

Nesse assentamento é desenvolvida a atividade apícola por uma família, que possui um apiário com nove colmeias povoadas, por abelhas africanizadas. Ainda existe a criação de ovinos e caprinos, como atividade produtiva complementar. Trata-se, logo, de uma área que possui os elementos necessários, como reservatório de água e uma extensa área de vegetação, para o crescimento dessas produções (Ver imagens 1 e 2).

Imagem 1 – Área do apiário no Assentamento Santo Antônio



**Fonte:** Acervo pessoal, Érika L. G. ANDRADE, 2015.  
**Montagem:** Elaborada pela autora, 2015.

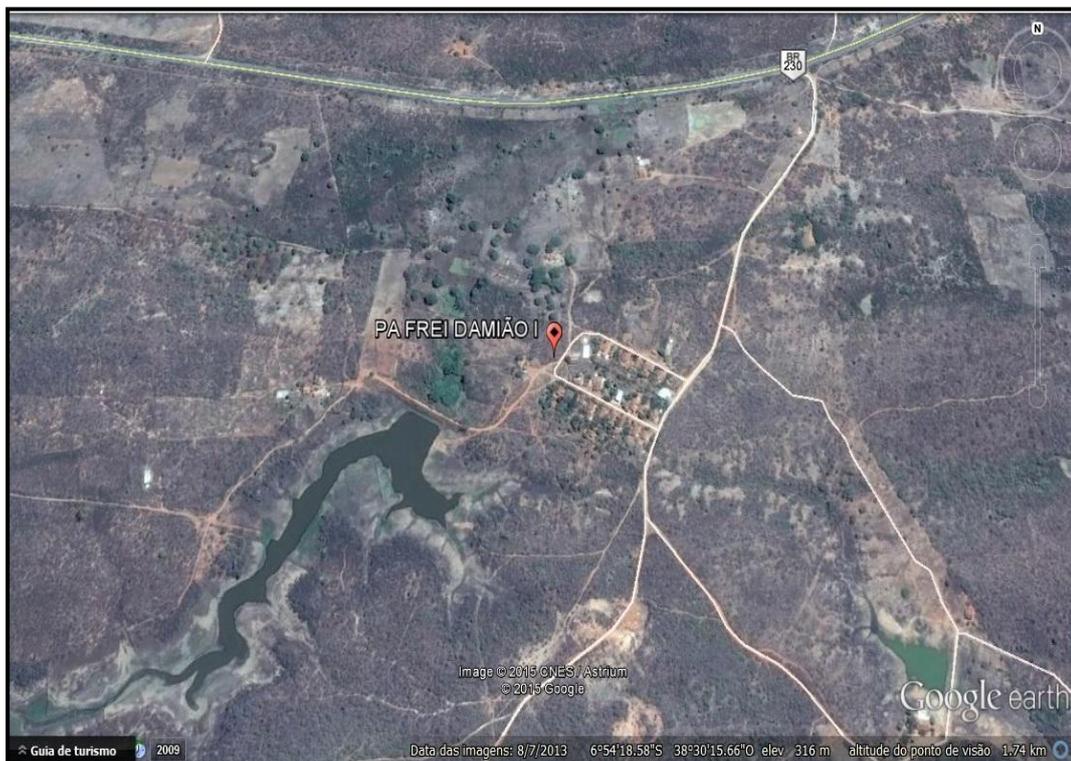
Imagem 2 – Área com criação de ovinos e caprinos no Assentamento Santo Antônio



**Fonte:** Acervo pessoal, Érika L. G. ANDRADE, 2015.  
**Montagem:** Elaborada pela autora, 2015.

Destaca-se o Assentamento Frei Damião I, que também se localiza nas margens da BR 230, no quilômetro 500, na zona rural, fica igualmente ao anterior, no sentido Leste do município de Cajazeiras – PB, no percurso existente entre este e o município de Sousa – PB (Ver figuras 6 e 7).

Figura 6 – Localização do Assentamento Frei Damião I



Fonte: Organizado por Érika L. G. ANDRADE, a partir das imagens disponibilizadas pelo Google Earth, 2015.

Figura 7 – Sede do Assentamento Frei Damião I



Fonte: Organizado por Érika L. G. ANDRADE, a partir das imagens disponibilizadas pelo Google Earth, 2015.

No Assentamento Frei Damião I, a atividade apícola é praticada de forma razoável, inclusive, existe um ponto de coleta do mel, no qual é desenvolvida a produção de sachês de mel, que são pequenas embalagens contendo mel de abelha no seu interior. E ainda, tem outras pequenas produções, como o cultivo de hortaliças, por exemplo, possui também, um açude próximo do local (Ver imagens 3, 4 e 5).

Imagem 3 – Manejo do apiário no Assentamento Frei Damião I



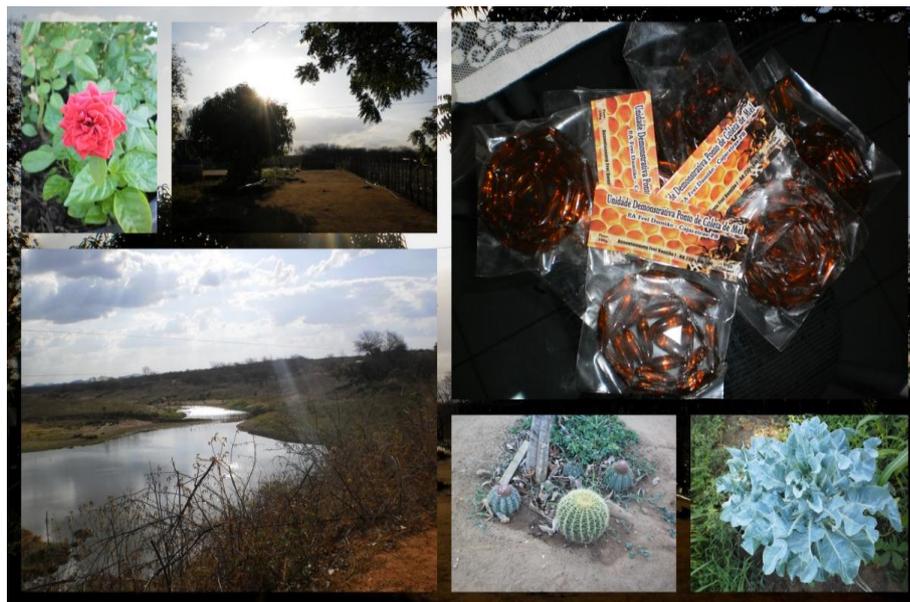
**Fonte:** Acervo do Engenheiro Agrônomo Guilherme Q. Gadelha, 2014.  
Montagem: Elaborada pela autora, 2015.

Imagem 4 – Ponto de coleta e pequenas produções do Assentamento Frei Damião I



**Fonte:** Acervo pessoal, Érika L. G. ANDRADE, 2014.  
Montagem: Elaborada pela autora, 2015.

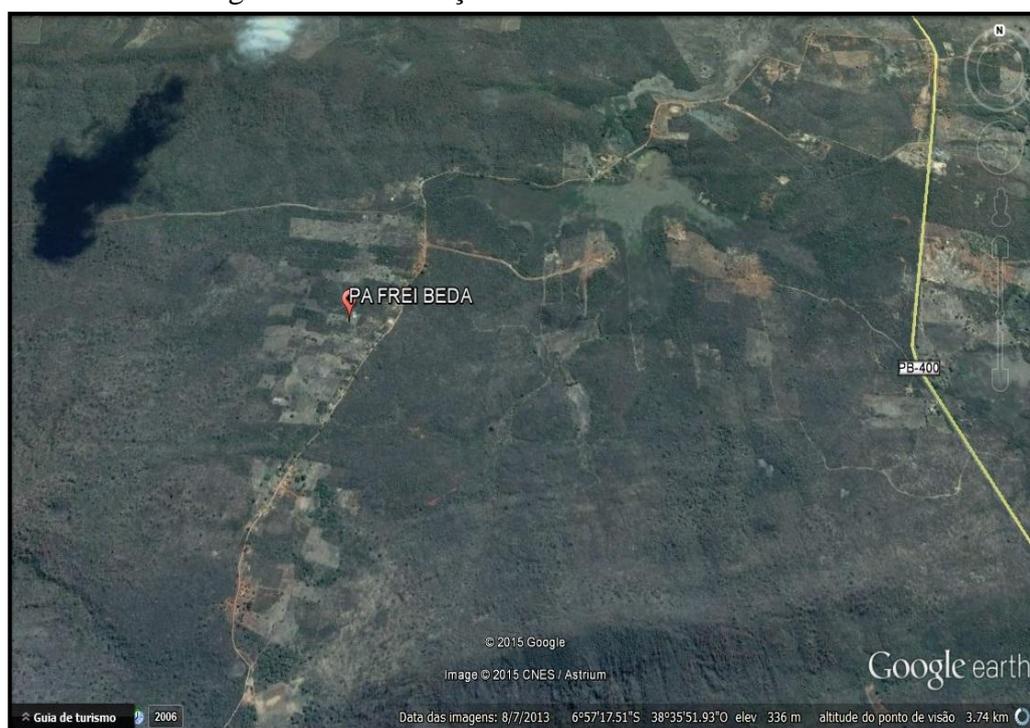
Imagem 5 – Assentamento Frei Damião I com produção de couve-flor e sachês de mel



**Fonte:** Acervo pessoal, Érika L. G. ANDRADE, 2014.  
Montagem: Elaborada pela autora, 2015.

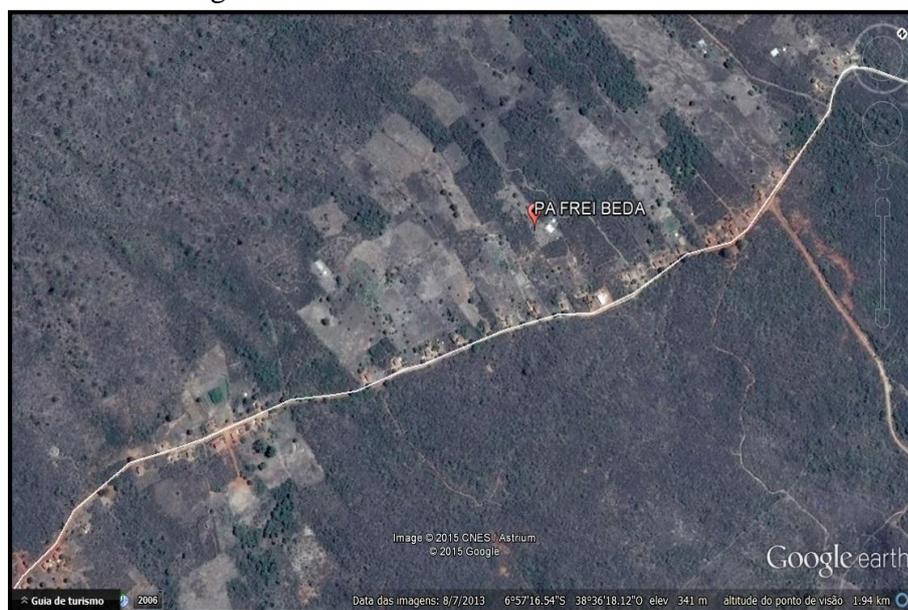
E ainda, ressalta-se o Assentamento Frei Beda, que se encontra 5 km à direita da PB 400, no sentido de Cajazeiras – PB a São José de Piranhas – PB, distante 10 km da BR 230 (Ver figuras 8 e 9).

Figura 8 – Localização do Assentamento Frei Beda



**Fonte:** Organizado por Érika L. G. ANDRADE, a partir das imagens disponibilizadas pelo Google Earth, 2015.

Figura 9 – Sede do Assentamento Frei Beda



**Fonte:** Organizado por Érika L. G. ANDRADE, a partir das imagens disponibilizadas pelo Google Earth, 2015.

O Assentamento Frei Beda se destaca por ter um potencial ainda mais evidente, trata-se de um local situado dentro de uma Área de Preservação Permanente (APP), a qual oferece a maioria dos elementos necessários ao desenvolvimento da apicultura (Ver imagem 6).

Imagem 6 – Área de Preservação Permanente (APP) do Assentamento Frei Beda



**Fonte:** Acervo de Osmar Gomes de Albuquerque Filho, 2012.  
Montagem: Elaborada pela autora, 2015.

Nesse assentamento, a atividade apícola praticamente não existia, ressaltam-se alguns camponeses assentados que ainda tentaram, mas não obtiveram êxito, devido à falta de recursos e infraestrutura mínima. Sendo estabelecida uma nova tentativa com o desenvolvimento do projeto de extensão Sertão Mel, da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), que através do Programa de Estudos e Ações para o Semiárido/Museu Interativo do Semiárido (PEASA/MISA), buscou implantar a apicultura no Assentamento Frei Beda, como uma atividade produtiva sustentável, para que esta pudesse ser desenvolvida como alternativa para complementar a renda do camponês/apicultor e contribuir para manutenção da área de vegetação, ameaçada pelo desmatamento e queimadas.

Com isso, procurou-se firmar parcerias. Uma das principais foi estabelecida com a prefeitura municipal, que resultou na origem de outro projeto, o qual beneficiou alguns camponeses/apicultores com vários equipamentos para o desenvolvimento da apicultura. Foram cinco famílias do assentamento beneficiados. Porém, apenas quatro se propuseram a estabelecer essa atividade no local. Sendo assim, essas famílias foram orientadas quanto à localização dos apiários, a captura dos enxames e, ainda, destaca-se o início da construção da casa do mel e as primeiras coletas do mel, feita por uma das famílias beneficiadas (Ver imagens 7, 8 e 9).

Imagem 7 – Ao fundo, serra desmatada e a frente, equipamentos para o desenvolvimento da apicultura no Assentamento Frei Beda



**Fonte:** Acervo pessoal, Érika L. G. ANDRADE, 2014.

Montagem: Elaborada pela autora, 2015.

Imagem 8 – Captura de enxames de abelhas africanizadas no Assentamento Frei Beda



**Fonte:** Acervo da Maria do Socorro Ferreira, 2014.  
Montagem: Elaborada pela autora, 2015.

Imagem 9 – Construção iniciada do ponto de coleta e o mel coletado das primeiras colmeias no Assentamento Frei Beda



**Fonte:** Acervo pessoal, Érika L. G. ANDRADE, 2014.  
Montagem: Elaborada pela autora, 2015.

Logo, trata-se de áreas extremantes favoráveis ao desenvolvimento de atividades produtivas sustentáveis, principalmente, no que se refere à apicultura, que pode oferecer uma contrapartida, com a manutenção da vegetação local.

## **4 A PRODUÇÃO DE MEL NOS ASSENTAMENTOS COM ATIVIDADE APÍCOLA DE CAJAZEIRAS – PB**

De acordo com pesquisas elaboradas ao longo do tempo, principalmente, por arqueólogos, a apicultura se trata de uma atividade antiga, que se destacou em decorrência do mel ser um elemento utilizado como alimento, substância para cura de doenças, entre outros.

### **4.1 ABORDAGEM SOBRE AS ENTIDADES PARCEIRAS NO DESENVOLVIMENTO DA APICULTURA LOCAL**

Enfoca-se a importância do apoio oferecido pelo PEASA<sup>10</sup>, para o desenvolvimento de projetos inovadores, especialmente, na região semiárida nordestina. Segundo informações retiradas do endereço eletrônico do mesmo, trata-se de um programa que visa articular e promover dentro da UFCG e das instituições de pesquisa e desenvolvimento da Paraíba, a realização de estudos e intervenções nas atividades de ensino, pesquisa e extensão relacionadas à temática de convivência com o Semiárido. Procura também, desenvolver as potencialidades de todas as instituições do estado paraibano e da região Nordeste, que se prestem ao equacionamento e à criação de alternativas para os graves problemas desta parte do território brasileiro, que é a região nordestina, especialmente, a Paraíba. E ainda, trabalha em prol do desenvolvimento de ações ecologicamente sustentáveis, com relação ao meio ambiente e as condutas sociais. Através de grupos integrados de pesquisa e extensão, investiga as potencialidades das regiões estudadas, com o intuito de aumentar a capacidade produtiva e amenizar os problemas socioambientais desses lugares.

Com relação às Entidades que também participam com apoio a essas comunidades, ressalta-se a presença da Comissão Pastoral da Terra (CPT)<sup>11</sup>, que teve seu início com a luta dos camponeses apoiados e articulados nas Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) e articulados pela Coordenação Diocesana de Pastoral da Diocese de Cajazeiras que, a partir daí, fez surgir a Pastoral Rural, sendo filial da Pastoral Rural do Regional Nordeste II, que compreende os Estados de Alagoas, Rio Grande do Norte, Pernambuco e Paraíba. Passou, em seguida, a condição de Comissão Pastoral da Terra. Sendo que, a ação desta Pastoral foi iniciada em 1988, no Sertão Paraibano, com a ocupação de terras em torno dos açudes

---

<sup>10</sup>Informações retiradas do site do Programa de Estudos e Ações para o Semiárido (PEASA): <[http://peasa.paqtc.org.br/v2/index.php?option=com\\_content&view=article&id=50&Itemid=57](http://peasa.paqtc.org.br/v2/index.php?option=com_content&view=article&id=50&Itemid=57)>. Acesso em: 11 mar. 2015.

<sup>11</sup> Informações retiradas de relatórios de pesquisas desenvolvidas sobre essa entidade.

públicos. A primeira ocupação foi no sítio Bartolomeu em Bonito de Santa Fé – PB e em seguida, veio a ocupação de Pilões, em Triunfo – PB, Multirão em Riacho dos Cavalos – PB e Carneiro em Jericó – PB.

Salienta-se o trabalho desenvolvido pela Central das Associações dos Assentamentos do Alto Sertão Paraibano (CAAASP)<sup>12</sup>, a qual de acordo com folheto Informativo da Agricultura Familiar no Alto Sertão da Paraíba, originou-se em decorrência da decisão dos camponeses de fortalecer o grupo que já existia, do qual, posteriormente, constituiu-se uma entidade jurídica, que desenvolve trabalhos político – organizativos com os assentamentos. Logo, assistida pela CPT, discute e encaminha as questões relacionadas aos processos das áreas de assentamentos, no que se refere a créditos, PDA's, parcelamento, infraestrutura, produção, etc. E ainda, coloca-se como um espaço de formação educacional, em relação a assuntos ligados às políticas públicas, educação, gênero, agroecologia, associativismo, etc. Composta por uma diretoria, um conselho diretor e dezesseis áreas de assentamentos, que somam o total de trinta e dois representantes.

Existe ainda, a Associação dos Apicultores do Alto Sertão Paraibano (ASPA), a qual foi gerada devido ao forte crescimento da atividade apícola na região, que envolveu apicultores naturais dos municípios de Aparecida – PB e Sousa – PB. Atualmente, atende de forma direta, a 11 municípios do sertão paraibano, com uma média de 150 apicultores. Possui um local na sua sede para armazenar o mel, depois de embalado, assim como outros produtos ali existentes, do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). Oferece capacitações, juntamente, com unidades parceiras que formam a Rede Abelha Sertão, que visam também aprovar projetos ligados ao Projeto de Combate à Pobreza Rural do Estado da Paraíba (COOPERAR). E ainda, possui um Entreposto de Mel, que se trata de uma casa de mel que manipula a produção de mel da região para a exportação. A ASPA trabalha a questão da existência de um grande potencial produtivo na região, mas que deve haver um maior estímulo para ampliar a produção, uma vez que, para o entreposto venha cumprir seu objetivo, torna-se necessária duplicar a produção de mel da região (Ver imagem 10).

Outra entidade parceira é a Rede Abelha Sertão<sup>13</sup>, segundo o Boletim Informativo do Programa Uma Terra e Duas Águas, ela surgiu para estabelecer a organização desses grupos trabalhados anteriormente, com a finalidade de buscar por novas conquistas, tais como a

---

<sup>12</sup> Informações presentes no folheto Informativo da Agricultura Familiar no Alto Sertão da Paraíba (cedido pela representante da CAAASP, com sede em Cajazeiras – PB).

<sup>13</sup> Informações contidas no Boletim Informativo do Programa Uma Terra e Duas Águas. Ano 2, Nº 11. Aparecida – PB: fev. 2010.

inclusão da apicultura nos projetos de investimento produtivos dos assentamentos, construções de casas do mel, capacitações para esses apicultores, entre outros. Existe a participação de apicultores e apicultoras, com uma produção significativa de mel por ano, o que possibilita o fortalecimento das condições econômicas desses produtores. Esse grupo visa capacitar os camponeses assentados, para o desenvolvimento de produções agroecológicas e sustentáveis, com estas possuindo garantia e reconhecimento do padrão de qualidade no mercado.

Imagem 10 – Local destinado ao armazenamento da produção familiar, área do entreposto e do apiário da ASPA



**Fonte:** Acervo pessoal, Érika L. G. ANDRADE, 2011.  
Montagem: Elaborada pela autora, 2015.

Dentro desse contexto, trabalham-se os desafios que se apresentam diante da tentativa de se colocar atividades produtivas sustentáveis, mesmo com a atenção dessas entidades voltada para o progresso dessas comunidades. Logo, destaca-se que as famílias dos assentamentos investigados, ressaltam muito a questão da falta de articulação entre esses espaços, o desinteresse da maioria dos camponeses assentados e, ainda, existe o problema da falta d'água nos assentamentos, em determinadas épocas.

Assim, destacam-se as principais dificuldades encontradas para a expansão da atividade apícola, nessas áreas de assentamentos, que foram colocadas pelos camponeses e observadas, ao longo desse estudo. Apresenta-se que boa parte dos assentados é formada por idosos, sem muito ânimo para se dedicar a apicultura, a questão da falta de infraestrutura

mínima, de recursos para iniciar a produção, o problema de ser muito distante o entreposto da ASPA, que é interessante a construção de uma casa do mel mais próxima, especificamente, em Cajazeiras – PB.

No ano de 2013, foi feito um levantamento da produção de mel, nas áreas de assentamentos com apicultura. Através desse diagnóstico, pode-se ter uma noção da produção que foi desenvolvida, porém esse número de apicultores diminuiu, com o passar dos anos (Ver tabela 2).

Tabela 2 – Quantidade de mel produzida nos assentamentos de Cajazeiras – PB em 2013

<b>PRODUÇÃO DE MEL ANO 2013/ CAJAZEIRAS - PB</b>		
<b>Assentamentos<sup>14</sup></b>	<b>Apicultores</b>	<b>Quantidade produzida (kg)</b>
<b>PA Valdecy Santiago</b>	<b>Apicultor A</b>	<b>600</b>
<b>PA Frei Damião I</b>	<b>Apicultor B</b>	<b>450</b>
	<b>Apicultor C</b>	<b>200</b>
<b>PA Mãe Rainha</b>	<b>Apicultor D</b>	<b>200</b>
	<b>Apicultor E</b>	<b>30</b>
<b>PA Santo Antônio</b>	<b>Apicultor F</b>	<b>110</b>
<b>Total Geral:</b>		<b>1.590</b>

**Fonte:** Organizado por Maria do Socorro Ferreira, 2013, e adaptado por Érika L. G. ANDRADE, 2015.

E ainda, de acordo com os camponeses assentados, existe a questão da participação da Prefeitura Municipal de Cajazeiras (PMC), que consiste apenas na garantia de que serão desenvolvidos projetos, que visam à compra do mel para instituições de caridade e para a merenda das escolas municipais. Porém, segundo o atual secretário de agricultura deste município, não há nenhum tipo de projeto em vista, para essas áreas de assentamentos, até o

<sup>14</sup> Informa-se que no Assentamento Frei Beda não se desenvolvia a apicultura, nessa época. E ainda, que os dois apicultores do assentamento Mãe Rainha e o apicultor do assentamento Valdecy Santiago não produzem mais (informação prestada por Maria do Socorro Ferreira, representante da CPT, com sede em Cajazeiras – PB).

momento. Isso provoca nos camponeses assentados, uma sensação de desatenção da parte dos órgãos públicos, que termina por gerar a falta de interesse nesses camponeses. E ainda, a questão dessas pessoas quererem retomar as práticas antigas, em relação à agricultura tradicional, para poder garantir o sustento das famílias.

A questão socioambiental se torna algo primordial no quadro que se apresenta, principalmente, por se estar diante de tantas transformações. As relações estabelecidas dentro desses espaços devem contemplar todos os elementos envolvidos, ou seja, as ações modificantes devem acontecer de maneira que sejam promovidas a partir do equilíbrio entre as três categorias norteadoras, sendo elas sociedade, natureza e economia. De acordo com Weid (2009),

Para superar os fatores de insustentabilidade que caracterizam o sistema agrícola convencional baseado nos princípios da chamada Revolução Verde, os novos estilos de agricultura deverão, em primeiro lugar, ser econômicos no uso de recursos naturais não renováveis, buscando, idealmente, chegar a dispensá-los, uma vez que as reservas de petróleo, gás, fósforo e potássio estão em processo de exaustão, (...). Por outro lado, deverão recuperar, melhorar e conservar os recursos naturais renováveis, como solos, água e agrobiodiversidade, que também estão sendo destruídos pelo sistema convencional. Deverão também ser econômicos no uso da água, recurso que escasseará nas próximas décadas pelas múltiplas demandas a que está sendo e será submetido (WEID, 2009, p. 47).

O cenário de ampliação da capacidade produtiva dessas comunidades é algo bastante almejado, especialmente, no que se refere ao crescimento não apenas de determinadas áreas, mas de todas elas em conjunto, com isso refletido em toda a região. Logo, esses camponeses são pessoas extremamente receptivas e que precisam de muito incentivo e reconhecimento, pois podem oferecer de contrapartida produtos de qualidade e, conseqüentemente, o desenvolvimento de hábitos saudáveis, tanto nas áreas de assentamentos, quanto na região, em relação aos consumidores dessas produções.

#### 4.2 AVANÇOS E DILEMAS NAS ÁREAS DE ASSENTAMENTOS DO MUNICÍPIO DE CAJAZEIRAS – PB

Os desafios que rodeiam as famílias que compõem os assentamentos de reforma agrária são muitos, principalmente, durante a luta pela conquista da terra e depois, com a questão de como deve ser estabelecida a utilização da área conquistada por esses camponeses.

Logo, com tantos estudos e avanços, principalmente, em relação à rapidez de acesso às informações, destaca-se muito a prática de ações, que promovam condições melhores de vida para os camponeses assentados e o cuidado com o meio ambiente. Conforme afirma Leite (2004),

Após o ingresso num projeto de assentamento, os assentados deparam-se com uma “nova” situação, qual seja aquela de *produtores rurais*, mesmo que se trate aqui da recuperação de uma experiência anterior do próprio informante ou, ainda, do seu ambiente familiar. Nesta nova condição, de assentado-produtor rural, pesam sobremaneira os meios disponíveis às atividades produtivas (incluindo instalações, máquinas, equipamentos, implementos e insumos), o conhecimento sobre técnicas e procedimentos empregados e o acesso às políticas públicas de assistência técnica e ao crédito rural (LEITE, 2004, p. 193).

Diante do que foi colocado, aborda-se as questões que preocupam as comunidades investigadas nessa pesquisa, no que tange ao desenvolvimento de atividades produtivas, especialmente, no que diz respeito à apicultura, que é colocada com a finalidade de ser desenvolvida de forma sustentável. Como foi exposto, poucas famílias assentadas trabalham com essa atividade, sendo que no município de Cajazeiras – PB, existem sete áreas de assentamentos de reforma agrária, situadas em locais que propiciam o progresso desse arranjo produtivo.

Com isso, procura-se compreender o sentido das contradições existentes nesses lugares, a partir das três áreas de assentamentos investigadas que praticam a apicultura, sendo que estas estão com arranjos produtivos básicos ainda, ou seja, quantidade mínima de apicultores, com uma pequena produção de mel e meio produtivo com baixa inovação, em termos de técnicas e infraestrutura. Nesse sentido, os camponeses assentados consultados explicaram que são diversas questões, as quais limitam a ampliação da capacidade produtiva da atividade apícola nesses espaços.

Diante disso, coloca-se que no Assentamento Santo Antônio foi destacado, pela família que trabalha com a produção de mel, que para eles, trata-se de uma atividade interessante para se desenvolver, inclusive, já trabalhavam há algum tempo com a apicultura, porém, houve uma invasão no apiário, o qual foi saqueado e depois submetido a um incêndio, promovido de maneira criminosa. Assim, esses produtores tiveram que retomar todo o processo inicial, desde a captura até a colocação das colmeias povoadas no apiário novamente.

No Assentamento Frei Damião I, tem um grupo familiar e mais dois produtores, que possuem uma produção significativa. Apresentaram que é possível alargar a produção de mel nas áreas de assentamentos da região, porém faltam articulações entre esses lugares, o que dificulta o progresso dessa atividade. Destacam ainda, que seria interessante ver o aumento do número de apicultores para ampliar a produção de mel e manter em funcionamento a máquina de produzir sachês, que existe neste assentamento.

No que diz respeito ao Assentamento Frei Beda, esse se destaca entre os demais, devido ter sido envolvido por uma situação bastante complicada, que atingiu a todas as famílias assentadas. Esse caso se resume ao momento, durante o qual foi estabelecida a posse da terra pelos camponeses, que logo iniciaram atos de desmatamento e queimada, dentro da área, na qual o mesmo se encontra localizado, isso acarretou denúncias e ações do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), que notificou e embargou a área. Então, os camponeses ficaram impedidos de desenvolver a pequena produção, ou seja, a agricultura tradicional, com o cultivo dos principais produtos, como milho, feijão, batata, entre outros, para o próprio consumo desses camponeses.

Atualmente, os camponeses do Assentamento Frei Beda se organizam para melhorar suas vidas, no que diz respeito ao acesso do trabalho autônomo e da renda gerada pelas atividades permitidas no local. Nesse sentido, buscam o ingresso nos financiamentos destinados à agricultura familiar, que através do Programa de Desenvolvimento de Assentamento (PDA), tem o acesso aos créditos do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF – A). Logo, a situação socioeconômica dos assentados tem melhorado em detrimento do apoio dado pelo Governo Federal através dos programas sociais, como: bolsa família e de reforma agrária, dentre outros. A partir disso, algumas famílias buscam entre si, alternativas para reverter à situação anteriormente colocada.

Assim, ressalta-se a importância das relações estabelecidas no interior de uma região, que viabilizam o crescimento da mesma. Sendo que ainda, elas podem gerar a construção da identidade do território, de maneira que seja um reflexo com aspectos positivos, no que diz respeito ao meio social, econômico e ambiental. Desse modo, os camponeses se mostram como sujeitos fundamentais, com muito para acrescentar ao quadro de mudanças de um lugar, através de suas lutas e conquistas.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A compreensão de como aconteceu o desenvolvimento do território brasileiro se fez necessária, para que se entendesse também o contexto que caracterizou as lutas camponesas, especificamente, no interior paraibano. Nesse sentido, trabalhou-se a região de Cajazeiras – PB, que conta com a presença de *campus* universitário, o qual representa um grande avanço numa cidade, por isso a importância da participação dele, juntamente, com o poder público local e a sociedade civil de Cajazeiras – PB, no progresso deste município.

Principalmente, quando nele é ofertado o curso de Geografia, que pode vir a oferecer suporte, para que a comunidade acadêmica passe a trabalhar a teoria e a prática, de forma complementar, pois o potencial geográfico das áreas de assentamentos trabalhadas é enorme. Sendo que também, a sociedade cajazeirense direta ou indiretamente deve contribuir de alguma forma para que essas comunidades sejam assistidas, pois elas têm o que oferecer em contrapartida, com a questão dos arranjos produtivos sustentáveis, baseados em produções saudáveis.

A apicultura é colocada como um arranjo produtivo sustentável para os camponeses assentados, pois se trata de uma alternativa que de início se aproveita apenas o mel, porém, ao longo do processo de ampliação dessa atividade, os apicultores vão utilizar também o pólen, a geleia real, a própolis, a cera, entre outros, expandindo as opções de obtenção de renda. E ainda, destaca-se a benéfica contribuição da apicultura, para a natureza, pois as famílias passam a praticar posturas corretas, principalmente, no que diz respeito aos agrotóxicos, deixando de utilizá-los nas lavouras, para não haver a contaminação do mel, não desmatando, para garantir o alimento para as abelhas, etc.

Portanto, procura-se demonstrar a importância e os benefícios que a apicultura pode oferecer para a natureza e para os seres humanos, ao proporcionar a esses, a oportunidade de desenvolver o próprio meio de gerar renda. Com isso, gerar a expansão da atividade citada, a conscientização, no que se refere à sustentabilidade e a um padrão de vida melhor para esses grupos desfavorecidos.

## REFERÊNCIAS

- ANDRADE, Manuel Correa de. **Formação territorial e econômica do Brasil**. Recife: FJN, Editora Massangana, 2003. 248 p.
- CORRÊA, Roberto Lobato. Espaço: um conceito-chave da Geografia. In: CASTRO, Iná Elias de. GOMES, Paulo Cesar da Costa Gomes. CORRÊA, Roberto Lobato. **Geografia: conceitos e temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995. 353 p.
- COSTA, Rogério H. da (Rogério Haesbaert). **O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004. 400 p.
- CPRM - Serviço Geológico do Brasil. **Projeto cadastro de fontes de abastecimento por água subterrânea. Diagnóstico do município de Cajazeiras, estado da Paraíba**. Organizado [por] João de Castro Mascarenhas, Breno Augusto Beltrão, Luiz Carlos de Souza Junior, Franklin de Moraes, Vanildo Almeida Mendes, Jorge Luiz Fortunato de Miranda. Recife: CPRM/PRODEEM, 2005. 31 p.
- DAMASCENO, E. Apicultura muda realidade de jovens. **Jornal de Fato**. Mossoró – RN: Cidade, 07 nov. 2004. p. 01.
- DINIZ, Célia Regina. SILVA, Iolanda B. **Metodologia científica**. – Campina Grande; Natal: UEPB/UFRN - EDUEP, 2008. 28 p.
- FERNANDES, Bernardo Mançano; MEDEIROS, Leonilde Servolo de. **Lutas camponesas contemporâneas: condições, dilemas e conquistas**. UNESP, 2009. 370 p.
- FREITAS, Janierk Pereira de. **Manejo das práticas agroecológicas desenvolvidas pelos moradores do Assentamento Santo Antônio, no município de Cajazeiras – PB**. Campina Grande – PB: UFCG, 2013. 97 p.
- GUIMARÃES, Roberto P. Desenvolvimento sustentável: da retórica à formulação de políticas públicas. In: BECKER, Bertha K. MIRANDA, Mariana. **A geografia política do desenvolvimento sustentável**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1997. 496 p.
- GUZMAN, Eduardo S. **Uma estratégia de sustentabilidade a partir da agroecologia**. 2001. 11 p. Disponível em: <<http://www.projetovidanocampo.com.br/agroecologia/umaestrategiadesustentabilidadeapartirdaagroecologia.pdf>>. Acesso em: 14 mar. 2014.
- INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. **Plano de Desenvolvimento do Assentamento PA – Frei Beda**. Organizado pela equipe da Central das Associações dos Assentamentos do Alto Sertão da Paraíba (CAAASP). Cajazeiras – PB, 2011. 167 p.
- LEITE, Sérgio. HEREDIA, Beatriz. MEDEIROS, Leonilde. PALMEIRA, Moacir. CINTRÃO, Rosângela. **Impactos dos assentamentos: um estudo sobre o meio rural brasileiro**. Brasília: Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura: Núcleo de

Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural. São Paulo: Editora UNESP (co-editora e distribuidora), 2004. 392 p.

MARTINS, Jacqueline C. de V. et al. **Apicultura e inclusão social em assentamentos de reforma agrária no município de Apodi-RN**. 2006. 19 p. Disponível em: <<http://www.sober.org.br/palestra/5/654.pdf>>. Acesso em: 14 mar. 2014.

MARTINS, José de Souza. Reforma agrária. O impossível Diálogo sobre a História possível. **Tempo Social**. São Paulo: USP, p. 97 – 128, 2000. 32 p.

MOREIRA, Emília. TARGINO, Ivan. **Capítulos de Geografia Agrária da Paraíba**. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 1996. 332 p.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. **Modo de Produção Capitalista, Agricultura e Reforma Agrária**. São Paulo: FFLCH, 2007, 184p.

PASTANA, Carlos Eduardo Triccoli. **Topografia I e II: anotações de aula**. Universidade de Marília – UNIMAR. Faculdade de Engenharia, Arquitetura e Tecnologia – FEAT, 2010. 255 p. Disponível em: <<http://civilnet.com.br/Files/topo2/TOPOGRAFIA-APOSTILA-2010-1.pdf>>. Acesso em: 16 abr. 2015.

PERUCA, R. D.; BRAIS, C. V.; OLIVEIRA, A. P. de; MUSSOLINE, V.; ALVES, J. A.; HORITA, S. F. **Projeto de fortalecimento da apicultura dos agricultores familiares no estado de Mato Grosso do Sul**. 2002. 13 p.

PRADO JÚNIOR, Caio. **História econômica do Brasil**. 41ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1994. 359 p.

RODRIGUEZ, Janete Lins. **Atlas Escolar da Paraíba**. 3ª ed. João Pessoa: GRAFSET, 2002. 112 p.

SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção**. 4ª ed. 2. reimpr. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006. 259 p.

SANTOS, Milton. **Por uma Geografia Nova**. 4ª ed. São Paulo: Hucitec, 1996. 288 p.

SAQUET, Marcos Aurelio. CAMPO-TERRITÓRIO: considerações teórico-metodológicas/FIELD-TERRITORY: considerations theoretical-methodological. **Campo-Território: revista de Geografia Agrária**, v. 1, n. 1, 2006.

SILVA, Rosilene Agra de. **Plantas Apícolas da Paraíba**. João Pessoa: SEBRAE/PB, 2010. 141 p.

VIEIRA, Gustavo H. da C. et al. **Uso da apicultura como fonte alternativa de renda para pequenos e médios produtores da região do Bolsão, MS**. 2004. 7 p. Disponível em: <<https://www.ufmg.br/congext/Desen/Desen29.pdf>>. Acesso em: 14 mar. 2014.

WEID, Jean Marc Von der. Um novo lugar para a agricultura. In: PETERSEN, Paulo. **Agricultura familiar camponesa na construção do futuro**. Rio de Janeiro: AS-PTA, 2009. 168 p.

